

Quinta-feira, 31 de Dezembro de 1998

Número 301/98
10.º SUPLEMENTO



I - B
S É R I E

DIÁRIO DA REPÚBLICA

10.º SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Região Autónoma dos Açores

Resolução da Assembleia Legislativa Regional
n.º 25-A/98/A:

Aprova o Plano Regional para 1999 7384-(602)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Assembleia Legislativa Regional

Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 25-A/98/A

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores resolve, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º e do n.º 1 do artigo 232.º da Constituição e da alínea b) do artigo 30.º e da alínea b) do n.º 2 do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar o Plano Regional para 1999, que se anexa.

Aprovada pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na Horta, em 18 de Dezembro de 1998.

O Presidente da Assembleia Legislativa Regional,
Humberto Trindade Borges de Melo.

Introdução

Com a aprovação pela Assembleia Legislativa Regional do Plano para 1999 inicia-se o terceiro período da programação do quadriénio de 1997-2000.

O Plano contém os elementos essenciais da programação a desenvolver em 1999, e a sua estrutura corresponde no essencial à dos dois planos anuais anteriores, havendo, porém, a destacar o esforço adicional de explicitação, a nível sectorial e espacial, do investimento público, bem como a introdução de informação relativa às principais linhas da política sectorial a implementar no ano de 1999.

Enquadramento internacional

A evolução recente da economia mundial evidencia-se pela crise financeira despoletada em diversas economias asiáticas emergentes (Coreia, Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia), que provocou um inegável choque nos mercados internacionais. Todavia, os efeitos económicos negativos atingiram sobretudo os países directamente envolvidos, gerando mesmo forças compensadoras para as outras economias, nomeadamente as dos países industrializados, como o abaixamento das taxas de juro.

Os dados sobre as trocas comerciais reflectem que, na actual conjuntura, o Japão e, em certa medida, a Austrália e a Nova Zelândia suportarão o essencial dos efeitos sobre o crescimento dos mercados internacionais de trocas de bens.

Nos últimos anos as políticas orçamentais têm tido efeitos moderadores sobre a actividade económica, procurando os diversos países industrializados, e particularmente os da União Europeia, reduzir os seus défices orçamentais a níveis mais toleráveis. Estas políticas prosseguirão de alguma forma em diversos países, mas influenciarão cada vez menos as perspectivas de evolução dessas economias.

Por sua vez, as tendências favoráveis em termos de inflação permitem às políticas monetárias compensar a austeridade orçamental na maior parte dos países. As taxas de juros permanecem onde a estabilidade de preços está consolidada, como nos Estados Unidos,

Japão, Alemanha e França, e ainda diminuem nos países onde a inflação é decrescente, como os casos da Europa Meridional.

Neste contexto das políticas macroeconómicas, e considerando o impacte negativo da crise asiática, admite-se que as taxas de juro permanecerão estáveis nos Estados Unidos, no Japão e na futura zona do euro no corrente ano e ao longo de 1999.

Na futura zona do euro, à medida que a expansão económica se afirmar com a perspectiva de ligeira quebra das taxas de desemprego, deverá verificar-se um ligeiro aumento das taxas de juro a curto prazo na Alemanha, na França e em diversos pequenos países onde elas são hoje muito baixas. Por outro lado, decréscimos significativos deverão registar-se em alguns países, nomeadamente Itália, Irlanda, Portugal e Espanha, devido à convergência das taxas de juro no sentido da criação da UEM em 1 de Janeiro de 1999.

As previsões para a evolução de algumas variáveis macroeconómicas, que a seguir se apresentam, retiradas de um relatório da OCDE, têm em conta o impacte da crise asiática na economia mundial. Os recentes desenvolvimentos da situação de crise económico-financeira na Rússia e na América Latina, bem como alguns eventos ocorridos em países industrializados, designadamente Estados Unidos e Alemanha, poderão originar nova revisão, em baixa, das perspectivas económicas mundiais, no curto prazo.

Indicadores (*) — Variações anuais

	OCDE	União Europeia	EUA	Japão
PIB:				
1998	2,4	2,7	2,7	- 0,3
1999	2,5	2,8	2,1	1,3
Inflação:				
1998	3,4	1,8	1,6	0,5
1999	3,1	1,9	1,8	0,0
Desemprego:				
1998	7,1	10,9	4,8	3,5
1999	7	10,5	5	3,6
Taxas de juro a curto prazo:				
1998	-	(¹) 4,8	5,1	0,8
1999	-	(¹) 4,4	5,1	0,6

(*) *Perspectives Économiques de l'OCDE* (Junho de 1998).

(¹) Média aritmética não ponderada da Alemanha, de França, de Itália e do Reino Unido.

Aliás, o FMI, que inicialmente previra um crescimento de 4,25 % para a economia mundial durante o corrente ano, corrigiu essa estimativa para uma taxa de apenas 2 % em 1998 e de 2,5 % em 1999. Segundo aquela instituição, os EUA registaram em 1998 um crescimento económico da ordem dos 3,5 %, devendo essa taxa cair para 2 % no próximo ano. Quanto à Europa, o FMI prevê que a taxa de crescimento, estimada em 2,9 % para o corrente ano, caia para 2,5 % em 1999, considerando, contudo, que a zona do euro se manterá dinâmica, mas recomendando atenção especial para o mercado de trabalho e para as eventuais derrapagens no défice orçamental.

Enquadramento nacional

A economia portuguesa registou, pelo 5.º ano consecutivo, taxas de crescimento bastante positivas, decorrentes de uma expansão significativa da procura e de um significativo investimento público em infra-estruturas.

O aumento do emprego em alguns sectores da economia nacional, designadamente na construção civil, proporcionou o acréscimo do nível de actividade da população, para além da redução dos índices de desocupação involuntária dos activos. A taxa de desemprego dos jovens, que permanece ainda elevada, evidenciou em 1997 uma diminuição de mais de 2 pontos percentuais.

O aumento do défice comercial, por via do forte crescimento das importações, foi mais que compensado pelas receitas de transferências externas públicas e privadas.

Neste contexto de expansão, foi possível manter o ritmo de crescimento dos preços no consumo em curva descendente e convergente com a média europeia, devido à estabilidade da política cambial e à moderação nos custos salariais.

O principal risco sobre os equilíbrios no funcionamento da economia portuguesa e suas perspectivas de evolução encontra-se num possível agravamento de custos de mão-de-obra e, também, de ameaça de competitividade nos mercados externos. De facto, os custos salariais poderão começar a acentuar-se devido à pressão no mercado. Por outro lado, os sectores de forte intensidade em mão-de-obra, expostos à concorrência internacional, poderão ser afectados por turbulências económicas decorrentes da crise asiática, nomeadamente através da desvalorização acentuada das moedas daqueles países.

Em síntese, a economia portuguesa encontra-se numa fase de significativa utilização das capacidades e recursos disponíveis. A integração plena na UEM, a sustentação do crescimento e a minimização de possíveis elementos negativos da evolução externa são desafios à condução da política económica no futuro imediato.

Indicadores — Variações anuais

	1966	1997
PIB	3,6	4
Inflação (IPC)	2,9	1,9
Desemprego	7,3	6,7
Taxas de juro (LISBOR a três meses)	6,5	5,1

Fonte: Relatório do Banco de Portugal.

Estes desafios começam, contudo, a evidenciar-se preocupantes no final de 1998, ano em que, apesar de o crescimento do consumo continuar forte, a desaceleração na indústria e construção e o abrandamento das exportações deverão contribuir de forma negativa para o crescimento do PIB, podendo antever-se claros sinais de arrefecimento na economia nacional.

As projecções macroeconómicas para o Orçamento de 1999 revelam um abrandamento do crescimento do produto interno bruto relativamente a 1998, fixando-se este entre 3,5 % e 4 %.

Esta estimativa poderá ainda evidenciar-se optimista, caso a crise internacional (asiática, russa e latino-ame-

ricana) afecte de forma mais significativa a Europa, que regista actualmente níveis de desemprego, em média, superiores a 10 %.

Neste cenário, a economia portuguesa, pequena e aberta, seria particularmente afectada, e só garantirá o prolongamento do seu ciclo de crescimento através de um aumento do investimento público e de uma maior descida das taxas de juro.

Situação regional

Em termos globais, na Região Autónoma dos Açores, a conjuntura sócio-económica observada durante o ano de 1997 e início de 1998 foi marcada por uma evolução favorável, consolidando-se, por um lado, o sentido da tendência verificada desde 1995 e, por outro, registando-se uma resposta positiva dos agentes económicos à política económica regional definida pelo actual executivo.

Recorrendo a alguns indicadores simples, relativos à produção de bens e serviços, constata-se que no sector primário registaram-se aumentos de produção nos segmentos mais representativos da base económica regional. Com efeito, quer a produção de leite e derivados quer a produção de carne terão aumentado, verificando-se lateralmente um maior volume de adubos adquiridos no exterior. Porém, as 14 700 t de peixe descarregado nos portos de pesca da Região, em 1997, ficaram aquém do volume de capturas registado em período homólogo do ano anterior, tudo apontando para uma melhoria significativa das capturas durante o ano de 1998.

Em relação a outros sectores produtivos, detectam-se variações positivas nos indicadores disponíveis. Com efeito, o sector da construção civil reanimou-se, por via da redução das taxas de juro para crédito à habitação e também pelas obras públicas, incluindo o esforço de recuperação dos estragos causados pelas intempéries. Assim, as cerca de 209 000 t de cimento vendidas no arquipélago apontam para um crescimento de 14,5 % em relação ao ano anterior. No inquérito à actividade comercial registou-se uma menor percentagem de respostas negativas dos comerciantes, quando interrogados sobre a insuficiência da procura, enquanto elemento limitativo da actividade, demonstrando uma maior confiança e dinâmica do mercado.

No caso particular do sector turístico registou-se uma ligeira quebra (-1,2 %) no indicador relativo ao número de dormidas na hotelaria regional, a que não serão alheias as intempéries de finais de 1996 e as repercussões que estes acontecimentos tiveram no exterior, designadamente no mercado nacional. Porém, haverá que assinalar que nos últimos meses de 1997 registaram-se variações homólogas positivas em relação aos meses respectivos de 1996, o que indicia a ultrapassagem desta situação e a retoma do crescimento neste sector, situação esta reconfirmada nos primeiros seis meses de 1998, em que o número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros foi superior em cerca de 16 % em relação ao valor registado em período homólogo de 1997.

Ao nível da utilização das principais infra-estruturas de base, apuram-se variações positivas em alguns índices de utilização: o volume de mercadorias movimentadas nos portos comerciais da Região aumentou cerca de 11 %, em 1997, o número de passageiros movimentados nos aeroportos e aeródromos regionais foi superior em perto de 3 %, tendo aumentado a produção de energia eléctrica em mais de 5 %.

Indicadores económicos — Taxas de variação anuais

	(Em percentagem)	
	1996	1997
Gado abatido nos matadouros (RAA)	13,9	7,2
Leite entregue nas fábricas (SMG)	- 1,9	6
Adubos descarregados em Ponta Delgada	10,1	4,7
Pesca descarregada (RAA)	-16,1	-14,1
Dormidas na hotelaria (RAA)	5	- 1,2
Consumo de cimento (RAA)	10,7	14,5
Mercadorias movimentadas nos portos (RAA)	7,2	10,5
Número de passageiros movimentados nos aeroportos (RAA)	3,7	2,7
Produção de electricidade	3,5	5,1

Fontes: SREA, JAP (PDL) e EDA.

No mercado de trabalho, segundo a informação disponibilizada pelo Inquérito Trimestral ao Emprego, em 1997 a taxa de desemprego situou-se num valor compreendido entre os 5 % e os 5,5 % da população activa. Esta taxa de desemprego foi menor em 1 ponto percentual que a apurada em 1996, significando uma criação líquida de postos de trabalho, já que este decréscimo do desemprego foi obtido numa situação de aumento da taxa de actividade da população açoriana.

Ao nível do crescimento dos preços no consumo, a taxa de inflação apurada na Região foi cerca de 1,5%, mantendo-se a convergência com os valores observados no restante espaço nacional e inclusivamente com a inflação média na União Europeia.

Objectivos anuais

A política a prosseguir pelo VII Governo Regional consubstancia-se nos seguintes grandes objectivos consignados na proposta do Plano a Médio Prazo 1997-2000, que a seguir se enunciam:

- 1) Fortalecer e diversificar o sistema produtivo regional, reforçando os seus níveis de competitividade e promovendo as fileiras específicas que a integram;
- 2) Qualificar e valorizar os recursos humanos;
- 3) Promover, desenvolver e modernizar as infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento sócio-económico regional e estimular a iniciativa privada;
- 4) Qualificar, modernizar e melhorar o sistema de produção e acesso aos bens e serviços públicos por forma que respondam cabalmente às funções que lhes competem no quadro do sistema sócio-económico regional;
- 5) Melhorar as condições e a qualificação de vida das populações.

Para o ano de 1999 será conferida especial importância aos instrumentos que apoiam e dinamizam o

investimento privado e fortalecem as estruturas empresariais. Ao nível dos equilíbrios sociais e do bem-estar da população, prosseguirá o combate à pobreza e exclusão social, através dos mecanismos adequados e de uma política de formação e de emprego. A normalização da vida regional, no que concerne ao esforço da recuperação dos efeitos das intempéries e do sismo de Julho de 1998, constituirá, também, prioridade deste Plano anual.

Em conformidade, elegem-se os seguintes objectivos para o Plano de 1999:

Fomentar o investimento e a iniciativa privada;
Reforçar os sistemas de solidariedade social;
Recuperar os efeitos das intempéries e do sismo de Julho de 1998.

Investimento

A despesa pública de investimento prevista para o Plano anual de 1999 atinge um valor de 52 milhões de contos.

Os programas que constituem o vector estratégico «Fortalecimento e diversificação do sistema produtivo» e que abarcam a programação para os sectores da agricultura, das pescas, do turismo, da indústria e artesanato, do comércio e dos sistemas de incentivos afectam cerca de 26,7 % da dotação do Plano, a que corresponde um valor de investimento de 13,9 milhões de contos.

As «Infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento económico e social», a que correspondem as intervenções nos domínios dos transportes terrestres, marítimos e aéreos, equipamentos públicos, energia e ciência e tecnologia, compreendem um volume de investimento de 8,7 milhões de contos, cerca de 16,7 % da dotação total.

A programação dirigida aos sectores de educação, juventude e emprego, saúde, segurança social, protecção civil, ambiente, cultura, desporto, habitação e comunicação social, que constituem o vector «Valorização dos recursos humanos e da qualidade de vida», totaliza uma despesa de investimento de 14,8 milhões de contos, cerca de 28,5 % da dotação deste Plano anual.

Os sectores da cooperação externa, de administração regional e local, do planeamento, finanças e estatística terão, no seu conjunto, uma dotação de 1,3 milhões de contos.

As intervenções excepcionais, no âmbito das tempestades que assolaram a Região em 1996, incluindo a intempérie que assolou a ilha de São Miguel na noite de 30 para 31 de Outubro de 1997, bem como as relativas à recuperação dos efeitos do sismo de 9 de Julho de 1998, dirigidas aos sectores da agricultura, da pesca, dos transportes, do ambiente, da saúde, bonificação de juros de linhas de crédito para os sinistrados e recuperação de habitação e edifícios e realojamentos, somam um valor de investimento de 13,4 milhões de contos.

Plano para 1999 — Desagregação sectorial

(Em milhares de contos)

Vectores estratégicos/programas		1999	Percentagem — Total
1	Fortalecimento e diversificações do sistema produtivo	13 864,6	26,7
2	Fomento Agrícola	2 471,5	4,8
	Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos	2 356,7	4,5

(Em milhares de contos)

	Vectores estratégicos/programas	1999	Percentagem — Total
3	Diversificação Agrícola	671	1,3
4	Desenvolvimento Florestal	615,8	1,2
5	Estruturas de Apoio à Actividade da Pesca	2 406,1	4,6
6	Modernização das Pescas	1 163	2,2
7	Desenvolvimento do Turismo	1 355	2,6
8	Sistemas de Incentivos ao Turismo	982	1,9
9	Desenvolvimento Industrial	290	0,6
10	Desenvolvimento do Comércio e Exportação	253,5	0,5
11	Sistema de Incentivos	1 300	2,5
	Infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento económico e social	8 683,4	16,7
12	Sistema Rodoviário Regional	3 705	7,1
13	Equipamentos Públicos	875	1,7
14	Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos	1 655	3,2
15	Desenvolvimento dos Transportes Aéreos	1 725	3,3
16	Consolidação e Modernização do Sector Energético	178,4	0,3
17	Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica	545	1
	Valorização dos recursos humanos e da qualidade de vida	14 822,3	28,5
18	Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais	2 918	5,6
19	Desenvolvimento do Sistema Educativo	340	0,7
20	Juventude e Emprego	535	1
21	Desenvolvimento das Infra-Estruturas de Saúde	2 075	4
22	Desenvolvimento do Sistema de Saúde	390	0,7
23	Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social	523	1
24	Protecção Civil	1 135	2,2
25	Qualidade Ambiental	779,1	1,5
26	Património e Actividades Culturais	1 651,5	3,2
27	Desenvolvimento Desportivo	1 182,3	2,3
28	Habituação	3 158,8	6,1
29	Comunicação Social	134,6	0,3
	Gestão pública e institucional	1 278	2,5
30	Cooperação Externa	214	0,4
31	Administração Regional e Local	934	1,8
32	Planeamento, Finanças e Estatística	130	0,2
	Calamidades	13 353,7	25,7
33.1	Agricultura	465	0,9
33.2	Pescas	41,7	0,1
33.3	Reabilitação de Estradas Regionais	1 690	3,2
33.4	Transportes Marítimos	2 450	4,7
33.5	Ambiente	907	1,7
33.6	Bonificações e Apoios	10	0
33.8	Sismo	7 790	15
	Total	52 002	100

Plano para 1999 — Desagregação por entidade proponente

(Em milhares de contos)

	Entidades executoras/programas	1999	Percentagem — Total
	Presidência do Governo Regional	1 997,6	3,8
17	Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica	545	1
29	Comunicação Social	134,6	0,3
30	Cooperação Externa	214	0,4
31	Administração Regional e Local	934	1,8
32	Planeamento, Finanças e Estatística	130	0,2
33.6	Calamidades — Bonificações e Apoios	10	0
33.8	Calamidades — Sismo	30	0,1
	Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais	11 019,8	21,2
18	Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais	2 918	5,6
19	Desenvolvimento do Sistema Educativo	340	0,7
20	Juventude e Emprego	535	1
21	Desenvolvimento das Infra-Estruturas de Saúde	2 075	4
22	Desenvolvimento do Sistema de Saúde	390	0,7
23	Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social	523	1

(Em milhares de contos)

	Entidades executoras/programas	1999	Percentagem — Total
26	Património e Actividades Culturais	1 651,5	3,2
27	Desenvolvimento Desportivo	1 182,3	2,3
33.8	Calamidades — Sismo	1 405	2,7
	Secretaria Regional da Economia	10 993,9	21,1
7	Desenvolvimento do Turismo	1 355	2,6
8	Sistemas de Incentivos ao Turismo	982	1,9
9	Desenvolvimento Industrial	290	0,6
10	Desenvolvimento do Comércio e Exportação	253,5	0,5
11	Sistemas de Incentivos	1 300	2,5
14	Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos	1 655	3,2
15	Desenvolvimento dos Transportes Aéreos	1 725	3,3
16	Consolidação e Modernização do Sector Energético	178,4	0,3
33.4	Calamidades — Transportes Marítimos	2 450	4,7
33.8	Calamidades — Sismo	805	1,5
	Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente	12 456,9	24
1	Fomento Agrícola	2 471,5	4,8
2	Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos	2 356,7	4,5
3	Diversificação Agrícola	671	1,3
4	Desenvolvimento Florestal	615,8	1,2
5	Estruturas de Apoio à Actividade da Pesca	2 406,1	4,6
6	Modernização das Pescas	1 163	2,2
25	Qualidade Ambiental	779,1	1,5
33.1	Calamidades — Agricultura	465	0,9
33.2	Calamidades — Pescas	41,7	0,1
33.5	Calamidades — Ambiente	907	1,7
33.8	Calamidades — Sismo	580	1,1
	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	15 533,8	29,9
12	Sistema Rodoviário Regional	3 705	7,1
13	Equipamentos Públicos	875	1,7
24	Protecção Civil	1 135	2,2
28	Habitação	3 158,8	6,1
33.3	Calamidades — Reabilitação de Estradas Regionais	1 690	3,2
33.8	Calamidades — Sismo	4 970	9,6
	Total	52 002	100

Desenvolvimento da programação

(Em milhares de contos)

Este Plano anual articula-se em cinco grandes vectores estratégicos da política regional, compreendendo 33 programas e 90 projectos, que por sua vez integram 463 acções.

Neste capítulo será apontada a execução material e financeira da programação prevista neste Plano, bem como as principais linhas de orientação da política sectorial a prosseguir em 1999.

Vector: Fortalecimento e diversificação do sistema produtivo

Neste vector englobam-se os investimentos públicos e o financiamento de sistemas de apoio ao investimento privado dos principais sectores de actividade produtiva.

O montante da despesa pública afecta a este vector atinge os 14 144,6 milhares de contos.

Apresenta-se de seguida a programação financeira e material, bem como as principais linhas de política sectorial a prosseguir em 1999:

(Em milhares de contos)

Vector/programas	1999
Vector — Fortalecimento e diversificação do sistema produtivo	
Programa n.º 1 — Fomento Agrícola	2 471,5
Programa n.º 2 — Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos	2 356,7

Vector/programas

1999

Programa n.º 3 — Diversificação Agrícola	671
Programa n.º 4 — Desenvolvimento Florestal	615,8
Programa n.º 5 — Estruturas de Apoio à Actividade da Pesca	2 406,1
Programa n.º 6 — Modernização das Pescas	1 163
Programa n.º 7 — Desenvolvimento do Turismo	1 355
Programa n.º 8 — Sistemas de Incentivos ao Turismo	982
Programa n.º 9 — Desenvolvimento Industrial	290
Programa n.º 10 — Desenvolvimento do Comércio e Exportação	253,5
Programa n.º 11 — Sistemas de Incentivos	1 300
<i>Total da dotação do vector</i>	13 864,6

Programa n.º 1 — Fomento Agrícola

O desenvolvimento sustentado do sector agrícola depende fortemente do sucesso da aplicação de medidas de política orientadas para o reforço da competitividade e a diferenciação dos produtos finais. Entre essas medidas serão promovidos o reforço das infra-estruturas e o apoio técnico dos serviços operativos públicos de agricultura aos diferentes agentes intervenientes no sector.

Nesse sentido, irão promover-se ajustamentos físicos e estruturais do espaço agrícola e rural através da criação de condições que viabilizem a melhoria das condições de trabalho, o aumento da produtividade e assim a redução dos custos de exploração de forma integrada, com

o necessário respeito das condições paisagísticas e ambientais. As explorações agrícolas serão beneficiadas com investimentos nas áreas do abastecimento de água, da electrificação e dos caminhos.

Paralelamente a esses investimentos serão criadas condições para a aplicação das medidas de sanidade

animal e vegetal, realização de experimentação e divulgação, fornecimento de incentivos ao investimento privado, apoios ao rendimento, complementado com acções destinadas a fortalecer o associativismo agrícola.

Dotação — 2 471 500 contos.

1 — Fomento Agrícola — 2 471 500 contos.

1.1 — Infra-Estruturas Agrícolas — 560 000 contos.

Ação	Conteúdo
Abastecimento de água	Elaboração de projectos — empreitadas de construção de 10 reservatórios, 4 estações de tratamento, 80 km de condutas e 20 pontos de distribuição.
Caminhos agrícolas	Fiscalização e acompanhamento das empreitadas. Elaboração de projectos (40 km). Empreitadas de construção/beneficiação de caminhos agrícolas (96 km).
Electrificação agrícola	Planeamento e fiscalização das empreitadas. Elaboração de projectos.
Infra-estruturas dos serviços	Fornecimento de energia eléctrica aos pontos fixos de ordenha (25). Reparação da sede da SRAPA.
IROA	Ampliação dos edifícios do Serviço de Desenvolvimento Agrário das Flores. Manutenção dos restantes serviços. Direcção Regional de Desenvolvimento Agrário — Ampliação de instalações: gabinetes, secretaria e parque de estacionamento. Despesas inerentes à actividade de estudos, projectos e fiscalização a realizar pelo IROA, incluindo a aquisição de fotografia aérea, fichas, matrizes e secções cadastrais.

1.2 — Sanidade Animal e Vegetal — 687 000 contos.

Ação	Conteúdo
Infra-estruturas fitossanitárias	Reparação e manutenção das infra-estruturas fitossanitárias existentes na lagoa do Congro (São Miguel).
Sanidade animal	Financiar a erradicação da brucelose através do abate compulsivo dos animais. Manutenção do Laboratório Regional de Veterinária e aquisição do equipamento por forma a renovar o existente no laboratório.
Sanidade vegetal	Garantir a protecção fitossanitária, impedir a dispersão de organismos nocivos das culturas na Região e desenvolver métodos expeditos de diagnóstico laboratorial e garantir a contrapartida regional do programa comunitário de luta contra a <i>Popillia japonica</i> . Apoiar a batata de semente.
Infra-estruturas veterinárias	Construção do Laboratório Regional de Veterinária por forma a possuímos infra-estruturas na área da sanidade animal e higiene pública e veterinária adaptadas à regulamentação comunitária.

1.3 — Modernizar as Explorações Agro-Pecuárias — 252 000 contos.

Ação	Conteúdo
Estudos e informática	Realização de estudos, por outras entidades, no âmbito do sector agrícola.
Experimentação e divulgação	Desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação SIARA e SIBOV. Realização da Feira Açores e de diversas acções de divulgação. Projectos de experimentação nas áreas de pastagens e forragens, bovinicultura de leite e carne, viticultura e enologia, floricultura e horticultura.
Melhoramento animal	Elaboração do programa de televisão, publicação da revista <i>Divulgar</i> . Identificação animal. Manutenção dos serviços de inseminação artificial nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, Faial e Flores. Supervisionar todos os subcentros de inseminação artificial. Controlo de serviço de contraste leiteiro em São Miguel. Inscrição dos animais da raça bovina Friesian no livro geneológico nacional. Preservação da raça bovina autóctone Ramo Grande.

1.4 — Reduzir Custos de Exploração Agrícola — 972 500 contos.

Ação	Conteúdo
Apoio ao investimento	Apoio à aquisição de reprodutores (Portarias n.ºs 55/91, de 10 de Outubro, e 4/95, de 26 de Janeiro). Contrapartida da RAA no âmbito da aplicação do PEDRAA I, medida «Agricultura», acção «Produção agrícola e pecuária». Apoio à aquisição de reprodutores (Portarias n.ºs 56/91, de 10 de Outubro, e 4/95, de 26 de Janeiro).

Acção	Conteúdo
Apoio ao rendimento	Compensar as desvantagens naturais das condições de produção dos agricultores, através de ajudas directas como sejam as indemnizações compensatórias, bem como criar mecanismos de cobertura no âmbito dos seguros agrícolas.
Apoio ao sector cooperativo	Encargos financeiros com as operações de saneamento das cooperativas leiteiras.
Apoio às organizações de produtores	Reforçar as organizações de produtores, assegurar-lhes o funcionamento e capacidade técnica e de gestão, possibilitando-lhes aquisição de serviços, meios humanos e materiais, bem como a constituição de novas organizações.
Saneamento financeiro	Regularização de passivos directos e exclusivamente derivados do recurso ao crédito bancário para financiamento de operações de investimento dos agricultores, através de bonificação de juros de curto/longo prazo. Portaria n.º 10/91, de 26 de Fevereiro.

Programa n.º 2 — Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Pecuários

O programa de apoio à transformação e comercialização dos produtos agro-pecuários objectiva aumentos de produção e produtividade no sector agro-alimentar e agro-industrial, em particular.

O plano de acção proposto inclui apoios às indústrias de lacticínios, a remodelação e manutenção da rede de

abate, onde sobressaem as novas infra-estruturas a construir em São Miguel, Terceira e Flores, a melhoria do sistema regional de classificação de leite, com consequências na sua qualidade e valorização, e a gestão das medidas comunitárias no âmbito da PAC e PO-SEIMA.

Dotação — 2 356 700 contos.

2 — Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Pecuários — 2 356 712 contos.

2.1 — Transformação e Comercialização — 2 356 712 contos.

Acção	Conteúdo
Apoio à indústria agro-alimentar	Comparticipação do ORAA nos projectos executados ao abrigo do Regulamento (CEE) n.º 866/90. Apoios ao desenvolvimento da qualidade nas indústrias agro-alimentares. Participação do ORAA, ao abrigo do artigo 57.º da Portaria n.º 28/95 e do Despacho Normativo n.º 136/96 — Medida n.º 4, «Dinamização agrícola do subprograma Açores do Programa Operacional das Regiões Ultraperiféricas Portuguesas».
Beneficiação do matadouro de Santa Maria	Conservação e reparação da casa de matança de Santa Maria.
Matadouro industrial de São Miguel	Construção do novo matadouro industrial de São Miguel.
Construção do matadouro industrial da Terceira.	Construção do matadouro industrial da Terceira.
Beneficiação da casa de matança da Graciosa.	Conservação e reparação da casa de matança da Graciosa.
Beneficiação do matadouro da Calheta ...	Beneficiação e reparação do matadouro da Calheta.
Reparação do matadouro do Pico	Conservação e reparação do matadouro do Pico.
Matadouro do Faial	Arranjos exteriores no novo matadouro do Faial.
Construção do matadouro das Flores	Construção do matadouro das Flores.
Casa de matança do Corvo	Conclusão da casa de matança do Corvo.
Qualidade e certificação	Acções de controlo das ajudas comunitárias. Gestão de cotas leiteiras, prémios e ajudas. Desenvolvimento das acções da classificação do leite à produção e classificação de carcaças. Equipamentos de laboratório. Aquisição de viaturas e material de informática.
Regularização de mercados	Intervenções nos mercados. Pagamento do empréstimo contraído para fazer face ao plano de erradicação da brucelose bovina na Região.

Programa n.º 3 — Diversificação da Base Económica

Os objectivos gerais e as linhas de actuação do presente programa são a promoção da diversificação da actividade agrícola e a implementação de medidas de acompanhamento da reforma da PAC.

Nesse sentido serão disponibilizados incentivos aos investimentos privados que se dirijam à horticultura, fruticultura, floricultura, apicultura, culturas industriais, batata-semente e viticultura. A agricultura biológica e as medidas agro-ambientais constituirão outros dos métodos de produção a promover.

Com vista ao rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola e ao redimensionamento das explorações será proporcionada a cessação da actividade agrícola de agricultores ao abrigo do Regulamento (CEE) n.º 2079/92.

Como medida de suporte e complemento da presente estratégia serão desenvolvidas acções diversas de formação, nomeadamente visando os agricultores jovens e a promoção de produtos açorianos em mercados exteriores.

Dotação — 671 000 contos.

3 — Diversificação Agrícola — 671 000 contos.

3.1 — Diversificação da Produção Agrícola — 430 000 contos.

Ação	Conteúdo
Medidas agro-ambientais	Contrapartida regional na aplicação à Região do Regulamento (CEE) n.º 2078/92 — medidas agro-ambientais.
Novas culturas	Contrapartida regional no âmbito dos incentivos ao incremento de produções estratégicas na área da horticultura, da fruticultura e da floricultura, bem como da apicultura, culturas industriais, batata de semente e viticultura, por forma a garantir especialização e alternativas de mercado.
Promoção de produtos açorianos	Apoio à agricultura biológica. Promoção dos produtos agrícolas regionais no mercado externo.

3.2 — Formação e Informação — 41 000 contos.

Ação	Conteúdo
Valorização profissional	Dotar os jovens com formação que lhes permita melhorar o seu desenvolvimento profissional (cursos de alternância) e proporcionar aos agricultores capacidade profissional para desenvolverem uma actividade mais eficaz nas explorações agrícolas.

3.3 — Renovação e Reestruturação das Empresas Agrícolas — 200 000 contos.

Ação	Conteúdo
Reforma antecipada	Aplicação do Regulamento (CEE) n.º 2079/92 — cessação da actividade agrícola (pagamento a 800 reformados).

Programa n.º 4 — Desenvolvimento Florestal

A política proposta para o ano de 1999 vai dar continuidade às linhas de política seguidas nos anos anteriores para o sector, dando seguimento aos projectos já em curso, bem como ao desenvolvimento de novos projectos entretanto elaborados. Assim, será dado prosseguimento ao plano de melhoramento florestal dos Açores, iniciando-se o processo de produção de plantas em viveiro com esse fim, bem como às necessárias adaptações tecnológicas de produção.

Será dada continuidade ao projecto de inventário florestal com vista a obter este fundamental instrumento de planeamento, produzindo-se a cartografia digital necessária, bem como, integrado no processo de inventariação do vastíssimo património sobre a administração da DRRF, a produção da cartografia da rede de caminhos rurais e florestais.

O tratamento de povoamentos públicos com vista à obtenção de madeira de melhor qualidade será continuado, bem como todos os investimentos ligados à gestão das pastagens baldias da Região.

Será continuada a recuperação e manutenção dos caminhos florestais e rurais, bem como a abertura de novos troços de caminhos rurais. Para o efeito será dada continuidade à renovação do parque de máquinas.

O reforço da capacidade de intervenção da polícia florestal será continuado, quer ao nível das comunicações, quer de viaturas de fiscalização, prevendo-se ainda a realização de um curso para 28 novos guardas florestais.

Será iniciado um plano de gestão cinegético com vista à recuperação de *habitats*, continuando-se os trabalhos de inventariação do património cinegético que visam o desenvolvimento do sector. A produção piscícola será reforçada.

O projecto LIFE, «Estudos e conservação do património natural dos Açores», será continuado, quer na componente de estudos, quer na componente de conservação activa.

Dotação — 615 800 contos.

4 — Desenvolvimento Florestal — 615 780 contos.

4.1 — Fomento e Gestão dos Recursos Florestais — 123 880 contos.

Ação	Conteúdo
Medidas de acompanhamento da reforma da PAC. Fomento florestal	Comparticipação regional em projectos de investimento ao abrigo do Regulamento n.º 2080/92 e do PEDRAA I. Desenvolvimento de trabalhos no âmbito do desenvolvimento florestal. Produção de 3 milhões de plantas em viveiros. Beneficiação de pastagens baldias, cercas, tanques e adubação. Beneficiação de povoamentos do património florestal público. Viveiros florestais e investimentos nas áreas de pastagem de baldio.

4.2 — Infra-Estruturas e Equipamentos Florestais — 298 600 contos.

Acção	Conteúdo
Caminhos rurais	Reparação de caminhos rurais. Construção de novos caminhos.
Infra-estruturas de apoio	Renovação do parque de máquinas. Conservação e reparação de equipamentos florestais, abrigos, armazéns, casas de guardas. Conservação de caminhos florestais.

4.3 — Uso Múltiplo da Floresta — 193 300 contos.

Acção	Conteúdo
Informação e formação	Continuação dos trabalhos do inventário florestal. Participação em exposições e acções de sensibilização dos proprietários florestais privados. Comemoração do Dia do Guarda Florestal. Estudos.
Silvicultura ambiental e protecção	Acções de formação. Continuação do projecto LIFE. Recuperação e melhoria de reservas florestais de recreio. Aumento do reforço da capacidade de fiscalização. Curso de guardas florestais. Gestão no sector cinegético e piscícola. Fiscalização.

Programa n.º 5 — Estruturas de Apoio à Actividade da Pesca

Os objectivos do presente programa são a harmonização dos recursos pesqueiros com os meios de pesca.

Assim, para 1999, manter-se-á a cooperação entre a DRP e o Departamento de Oceanografia da Universidade dos Açores, através da qual continuarão a ser realizados diversos projectos científicos. Dois destes projectos merecem especial referência: um destinado à avaliação e monitorização do estado de exploração

de espécies que se distribuem entre os 50 m e os 1300 m de profundidade e outro relativo à observação de golfinhos no quadro da pesca do atum, com vista a garantir o estado *dolphin safe* dos produtos regionais.

No âmbito das estruturas portuárias está prevista a conclusão da construção dos portos de Rabo de Peixe e da Ribeira Quente. Estão também planeadas diversas intervenções em portos de todo o arquipélago.

Dotação — 2 406 100 contos.

5 — Estruturas de Apoio à Actividade da Pesca — 2 406 145 contos.

5.1 — Inspecção e Gestão — 200 000 contos.

Acção	Conteúdo
Fiscalização e inspecção	Garantir as condições necessárias à adequada gestão dos recursos através da fiscalização da zona económica exclusiva, monitorização da frota regional e inspecção das artes utilizadas, das capturas (tamanhos mínimos) e das condições em que ocorrem as descargas, as vendas, a transformação e comercialização.
Cooperação com entidades nacionais e internacionais.	Garantir o conhecimento continuado dos recursos pesqueiros. Realização da XVIII semana das pescas dos Açores. Participação de conferências internacionais.

5.2 — Estruturas Portuárias — 2 206 145 contos.

Acção	Conteúdo
Portos de Santa Maria	Realização de obras de beneficiação nos portos Anjos e Vila do Porto.
Portos de São Miguel (reparações)	Reparações nos diversos portos de pesca da ilha de São Miguel.
Construção do porto da Ribeira Quente ...	Construção do novo porto de pesca da Ribeira Quente.
Portos da Terceira (São Mateus e Biscoitos)	Realização de beneficiações nos portos de São Mateus e Biscoitos.
Portos da ilha da Graciosa	Realização de diversas obras de beneficiação nos portos de pesca.
Portos de São Jorge (Norte Grande, Topo e Fajã dos Vimes).	Reparação dos portos de Norte Grande, Topo e da Fajã dos Vimes.
Portos da ilha do Pico	Realização de diversas obras de beneficiação nos diferentes portos de pesca.
Portos da ilha das Flores (Porto Velho, porto das Poças e Ponta Delgada).	Realização de diversas obras de beneficiação nos portos de pesca das Poças, porto de Ponta Delgada e Porto Velho.
Porto da Casa	Melhoramentos no porto da Casa.
Construção do porto de Rabo de Peixe ...	Construção do novo porto de pesca.
Lotas	Construção e reparação de lotas.

Programa n.º 6 — Modernização das Pescas

No sentido de adequar os meios de pesca aos recursos serão apoiadas acções com vista à reestruturação da frota, do aumento da competitividade do sector da transformação e da melhoria da comercialização.

Com vista à valorização dos recursos humanos serão promovidas acções de formação aos pescadores e empresários, a garantia de melhores condições de trabalho e o incentivo às novas práticas de pesca. Neste domínio, há a salientar a utilização da unidade móvel de formação como importante instrumento de apoio prático à formação profissional.

6 — Modernização das Pescas — 1 162 975 contos.

6.1 — Frota — 362 947 contos.

Acção	Conteúdo
Frota de pesca	Garantir apoios financeiros necessários à renovação da frota artesanal, ao crescimento da frota costeira e corrigir os investimentos efectuados na «Frota Azul».

6.2 — Transformação, Comercialização e Cooperação Externa — 651 528 contos.

Acção	Conteúdo
Cooperação externa	Promover com os PALOP e outras regiões atlânticas condições para o alargamento da área de actuação da frota regional.
Mercados e comercialização	Assegurar a continuação das campanhas de promoção. Assegurar a primeira venda de pescado e reforçar as organizações de produtores.
Transformação	Estimular a competitividade do sector de transformação. Proporcionar investimentos no sector de transformação sobretudo das conservas. Garantir os recursos financeiros necessários à gestão dos entrepostos frigoríficos.

6.3 — Recursos Humanos — 148 500 contos.

Acção	Conteúdo
Divulgação	Divulgar os apoios financeiros à frota de pesca e infra-estruturas. Publicação do boletim informativo <i>Mar Azul</i> .
Formação profissional	Realização dos cursos de aptidão pesca, pescador, arrais de pesca, ajudante de motorista, aperfeiçoamento de motorista. Participação de pescadores açorianos em cursos de mestrança.

Programa n.º 7 — Desenvolvimento do Turismo

O turismo como «produto» é resultado qualitativo e quantitativo de múltiplas actividades, exigindo uma acção planeada e grande coordenação de esforços. Neste âmbito, importa incentivar tudo aquilo que dinamize o sector numa perspectiva de inversão da tendência «estrutural» de sazonalidade, para alcançar novos mercados, potenciando produtos diferenciados e com qualidade.

Neste contexto, o delineamento estratégico para um desenvolvimento sustentável na base de um planeamento turístico integrado passa essencialmente pelo

7 — Desenvolvimento do Turismo — 1 355 000 contos.

7.1 — Promoção Turística — 615 000 contos.

Acção	Conteúdo
Estudos	Estudos de mercado. Inquéritos.

Ao nível da frota de pesca, serão apoiados projectos destinados à aquisição, motorização, remotorização, reparação e apetrechamento de embarcações com vista à melhoria das condições de segurança, habitabilidade e operacionalidade. Serão também apoiados projectos para a construção de novas embarcações de modo a reequilibrar o sector atuneiro, aproximando a capacidade de captura da capacidade de transformação.

Será realizada uma campanha de promoção de conservas no nosso principal mercado, Itália, utilizando para tal a imagem «Qualità Azzore».

Dotação — 1 163 000 contos.

incentivo dirigido ao aparecimento de novos produtos temáticos, de mais e melhor animação, de maior objectividade e aperfeiçoamento do sistema promocional, de constituição de unidades de alojamento de capacidade e qualidade adequadas ao tipo de cliente e volume dos fluxos turísticos actuais e que se projectam.

Por último, importa reter o necessário apoio aos agentes privados, incentivando a co-responsabilização na promoção turística deste destino, na requalificação e valorização dos recursos humanos prioritariamente ligados ao sector.

Dotação — 1 355 000 contos.

Acção	Conteúdo
Sistemas de informação turística	Internet. Sistema regional de informação turística.
Participação em feiras	Sinalização turística. Participação em feiras de turismo, <i>workshops</i> e outros certames de promoção turística no continente e no estrangeiro.
Educacionais	Organização de viagens educacionais na Região de comunicação social, <i>trade</i> e de outras entidades com influência na promoção turística dos Açores.
Materiais de promoção	Elaboração, remodelação e aquisição de materiais promocionais.
Promoção em mercados externos	Campanhas publicitárias no continente e no estrangeiro, inserções avulsas na imprensa como suporte a acontecimentos, participação financeira em planos de promoção conjunta liderada por empresas regionais.

7.2 — Oferta e Animação Turísticas — 355 000 contos.

Acção	Conteúdo
Estruturas físicas de apoio	Apoio financeiro à instalação de parques de campismo, acordo de cooperação com juntas de freguesia, termas, limpeza e manutenção de trilhos turísticos e outros apoios financeiros na área da oferta turística.
Animação turística	Apoio a acções de animação de carácter cultural, recreativo e desportivo com interesse para a animação turística.

7.3 — Investimentos Estratégicos — 375 000 contos.

Acção	Conteúdo
Campo de golfe do Faial	Aquisição de terrenos e início da construção.
Reordenamento da baía de Angra	Estudos e projectos para realização do plano integrado de desenvolvimento turístico da baía de Angra.
Pavilhão de exposições de Ponta Delgada	Instalação de um pavilhão de exposições em Ponta Delgada.
Centro de congressos	Reconversão do Teatro Micaelense em centro de congressos.
Apoio à conclusão do campo de golfe da Batalha	Apoio financeiro à conclusão da instalação do campo de golfe da Batalha.
Terrenos de Pêro de Teive	Construção de estruturas de animação nos terrenos de Pêro de Teive.

7.4 — Informação e Formação — 10 000 contos.

Acção	Conteúdo
Iniciativas várias	Formação de guias, realização de seminários para empresários, colaboração na formação na área de hotelaria e restauração e outras acções de formação técnica na área do turismo.

Programa n.º 8 — Sistemas de Incentivos ao Turismo

No âmbito deste programa, a estratégia definida assenta na constituição de unidades de alojamento de capacidade e qualidade adequadas ao tipo de cliente e projecção do volume do fluxo turístico, assim como o fomento do investimento na componente animação.

Assim, o objectivo prioritário é o de promover o crescimento e modernização, aumentando a competitividade do sector hoteleiro e de outros serviços e equipamentos complementares da oferta turística regional, em simul-

tâneo, fora dos centros de recepção/distribuição, do turismo em espaço rural.

Compreendendo este programa diversos sistemas de incentivos, destaca-se o SIFIT I e II, pagamentos que decorrem ainda ao abrigo dos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 25/87/A e 4/92/A, novos projectos abrangidos pelo SITRAA e o SIRAPE, que constitui um prémio para projectos considerados estruturantes da oferta regional.

Dotação — 982 000 contos.

8 — Sistemas de Incentivos ao Turismo — 982 000 contos.

8.1 — Sistemas de Apoio ao Investimento Privado — 982 000 contos.

Acção	Conteúdo
SIRAPE turismo	Prémio à instalação de um empreendimento estruturante na área do turismo.
Compromissos SIFIT VII	Apoio aos projectos SIFIT VII em curso.
Decretos Legislativos Regionais n.ºs 25/87/A e 4/92/A	Apoio aos projectos em curso. Apoio a novos projectos ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 4/92/A.

Acção	Conteúdo
SITRAA	Apoio à construção/ampliação e remodelação de empreendimentos turísticos e a acções de animação e promoção.

Programa n.º 9 — Desenvolvimento Industrial

A política dirigida à indústria regional foi enquadrada em três projectos: um relacionado com a consolidação de infra-estruturas, outro com os serviços de apoio às empresas e o terceiro dirigido ao sector do artesanato, todos eles entendidos como sede de algumas das limitações e potencialidades com que a indústria regional se confronta.

Os sistemas de incentivos ao investimento produtivo ou não directamente produtivo, factor relevante na política dirigida ao sector industrial, estão assegurados noutros programas de âmbito regional e nacional.

Assim, na área da consolidação de infra-estruturas estão previstos apoios à racionalização do espaço produtivo e à implementação de infra-estruturas. De entre as acções previstas realizar em 1999 destacam-se o apoio às zonas industriais de Santa Maria, Lajes do Pico e São Roque do Pico, as acções de dinamização do parque industrial da ilha Terceira e da Ribeira Grande. Estão

também previstos apoios a projectos desenvolvidos pelo INOVA, que englobam a transferência de tecnologia para a indústria regional, bem como a resolução de problemas concretos das empresas e o aumento da competitividade da indústria regional.

Os serviços de apoio às empresas visam apoiar comportamentos estratégicos, os quais, forçosamente e cada vez mais, passam por uma resposta rápida ao mercado e por uma aposta na qualidade e baixo custo, o que exige acções de consolidação da estrutura produtiva, promoção de uma nova atitude empresarial, qualidade, penetração em novos mercados e o estabelecimento de parcerias com o exterior.

Na área do artesanato, área de importantes potencialidades, conjugando as suas vertentes sociais, culturais e económicas, dar-se-á continuidade à aposta na sua genuinidade, originalidade, qualidade/certificação e competitividade.

Dotação — 290 000 contos.

9 — Desenvolvimento Industrial — 290 000 contos.

9.1 — Consolidação de Infra-Estruturas — 100 000 contos.

Acção	Conteúdo
Infra-estruturas tecnológicas	Apoios a diversos projectos desenvolvidos pelo INOVA sobre a especificidade regional. Acções de apoio à introdução de tecnologias inovadoras nos sectores mais carenciados.
Racionalização do espaço produtivo	Apoios à criação de duas zonas industriais na ilha do Pico. Continuação do processo de apoio à criação de uma zona industrial em Santa Maria. Outras acções de apoio à racionalização do espaço produtivo.

9.2 — Serviços de Apoio às Empresas — 125 000 contos.

Acção	Conteúdo
Consolidação da estrutura produtiva	Acções de apoio ao perfil de especialização dos sectores tradicionais da indústria regional, introdução de tecnologias inovadoras nos sectores mais carenciados e reforço das capacidades e das aptidões dos recursos humanos na indústria.
Atitude empresarial	Apoio a acções de cumprimento de disposições legais e de acesso à assistência técnica, como forma de incrementação de uma nova atitude empresarial.
Apoio à qualidade	Acções de estímulo à certificação e sensibilização dos agentes económicos para a melhoria da competitividade das empresas em termos de qualidade, associada às condições naturais e ambientais que caracterizam a Região.
Parceria com o exterior	Apoio à cooperação das empresas com entidades ligadas ao sector.
Penetração em novos mercados	Apoio aos produtos regionais e à penetração em novos mercados.

9.3 — Artesanato — 65 000 contos.

Acção	Conteúdo
Realização de feiras e concursos	Participação em feiras e concursos regionais, nacionais e internacionais.
Construção e ou reconstrução de oficinas e seu equipamento.	Construção e ou reconstrução de oficinas e seu equipamento.
Acções de formação no âmbito do artesanato.	Diversas acções de formação no âmbito do artesanato.
Realização de projectos, inquéritos e informação.	Realização de projectos, inquéritos, informação e acções de divulgação.

Programa n.º 10 — Desenvolvimento do Comércio e Exportação

O inevitável processo de abertura da economia regional, as mudanças nos padrões de consumo e no modo de vida dos cidadãos agudizam a necessidade de consolidação e modernização do sector comercial regional.

A modernização do sector comercial, apoiada nos sistemas de incentivo de âmbito regional e nacional, constitui, na sua essência, um instrumento que permite assegurar uma capacidade de adaptação constante na preparação de respostas inovadoras a desafios sempre novos.

As principais linhas de política passam, sobretudo, por acções de apoio a projectos de dinamização do

pequeno comércio tradicional rural e urbano, promoção dos produtos regionais e divulgação das potencialidades económicas da Região no exterior.

Estão previstas acções de dinamização do comércio tradicional, apoios à cooperação entre empresas, incentivos ao consumo de produtos regionais, realização de seminários e encontros com entidades ligadas ao sector e a participação em feiras e exposições nacionais e internacionais.

Será ainda dada continuidade ao Sistema de Incentivos Financeiros à Promoção dos Produtos Açorianos, no âmbito da Portaria n.º 3/98, de 15 de Janeiro.

Dotação — 253 500 contos.

10 — Desenvolvimento do Comércio e Exportação — 253 500 contos.

10.1 — Dinamização do Comércio — 38 500 contos.

Acção	Conteúdo
Acções de dinamização comercial	Apoiar a promoção de acções de dinamização do comércio tradicional. Apoios à cooperação entre empresas e a acções que permitam melhorar a defesa dos direitos dos consumidores.
Outras acções de apoio ao comércio	Incentivo ao consumo de produtos regionais, realização de seminários e encontros diversos e acções de promoção da formação profissional.

10.2 — Promoção Externa de Produtos Regionais — 215 000 contos.

Acção	Conteúdo
Apoio à promoção de produtos regionais no exterior. Divulgação das potencialidades económicas da Região.	Apoios às empresas exportadoras de produtos regionais, no âmbito da Portaria n.º 3/98, de 15 de Janeiro. Participação em feiras e exposições nacionais e internacionais.

Programa n.º 11 — Sistemas de Incentivos

A dotação proposta destina-se a compartilhar projectos de investimento privado aprovados em diversos sistemas de incentivos de âmbito regional, designadamente o SIRAPA — Apoio à Actividade Produtiva dos Açores, SIRALA — Apoio à Actividade Local dos Açores e sistema de apoio à modernização do comércio rural, para além de encargos assumidos com candida-

turas aprovadas no SIF — Sistema de Incentivos Financeiros à Indústria, entretanto já revogado. Tendo em conta os compromissos assumidos com as candidaturas já aprovadas, bem como o número previsível de candidaturas a entrar durante o ano de 1999, o encargo global com este programa estima-se em 1 300 000 contos.

Dotação — 1 300 000 contos.

11 — Sistemas de Incentivos — 1 300 000 contos.

11.1 — Apoio Financeiro ao Investimento Privado — 1 300 000 contos.

Acção	Conteúdo
Sistemas de incentivos financeiros aos investimentos privados.	Apoio a projectos de investimentos privados candidatos a diversos sistemas de incentivo e satisfação de compromissos com candidaturas aprovadas no âmbito de sistemas já revogados.

Vector: Infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento económico e social

Neste vector estão compreendidos os investimentos públicos dirigidos às infra-estruturas e equipamentos de base, os quais estruturam o funcionamento das actividades económicas e sociais.

O montante de investimento público afecto a este vector atinge os 9098,4 milhares de contos.

Apresenta-se de seguida a programação financeira e material, bem como as principais linhas de política sectorial a prosseguir em 1999.

(Em milhares de contos)

Vector/programas	1999
Vector — Infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento económico e social	
Programa n.º 12 — Sistema Rodoviário Regional . . .	3 705
Programa n.º 13 — Equipamentos Públicos	875
Programa n.º 14 — Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos	1 655

(Em milhares de contos)	
Vector/programas	1999
Programa n.º 15 — Desenvolvimento dos Transportes Aéreos	1 725
Programa n.º 16 — Consolidação e Modernização do Sector Energético	178,4
Programa n.º 17 — Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica	545
<i>Total da dotação do vector</i>	8 683,4

Programa n.º 12 — Sistema Rodoviário Regional

O Plano de 1999, para além dos compromissos assumidos anteriormente, indica um custo de investimento na reabilitação das ERS da ilha Terceira, bem como naquelas cujas deficiências ainda se fazem sentir com grande acuidade. Deste modo, lançam-se alguns novos projectos nas ilhas de São Miguel e Terceira em termos de construção de novos troços de ER e mantém-se o esforço de reabilitação em todas as ilhas de modo que no ano de 2000 estejam reabilitados cerca de 400 km de ER.

12 — Sistema Rodoviário Regional — 3 705 000 contos.

12.1 — Construção de Novos Troços de Estrada — 1 765 000 contos.

Ação	Conteúdo
Env. Ribeira Grande 1-1. ^a trecho 1	Obra em curso.
2. ^a circular de Ponta Delgada	Obra em curso.
Variante Ponta Delgada-Lagoa	Obra em curso.
Variante a Água de Pau	Elaboração do projecto.
Variante a Vila Franca	Elaboração do projecto.
Ligação rodoviária Angra-Praia	Obra em curso.
Consolidação dos taludes Manadas-Urzelina	Obra em curso.
ER Ponta Delgada-Capelas (1.º sublanço)	Obra em curso.
Via de acesso ao porto da Praia da Vitória	Elaboração do projecto.

12.2 — Reabilitação de Estradas Regionais — 1 860 000 contos.

Ação	Conteúdo
Correcção e pavimentação Tr. ^a P. Vento-Sete Cidades.	Obra em curso.
Remodelação da ER 1-1. ^a Canto Negro-Fenais da Luz.	Início da obra.
Pavimentação da ER 1-1. ^a Lajes-Santa Bárbara.	Obra em curso.
Rotunda do cruzamento de Açor e ligação da ER 3-1. ^a à via Angra-Praia.	Conclusão da obra.
Reabilitação e pavimentação da ER 6-2. ^a (portões de São Pedro).	Obra a iniciar.
Pavimentação da ER Velas-Norte-Calheta	Obra em curso.
Reabilitação da ER 1-2. ^a Urze-Aeroporto e Norte Pequeno-Norte Grande-São Jorge.	Obra a iniciar.
Pavimentação da ER do Faial (1. ^a fase) ...	Conclusão da obra.
Pavimentação de diversos troços da ER do Pico (1. ^a fase).	Conclusão da obra.
Conservação corrente	Obras em curso.
Equipamento para o parque de máquinas	Manutenção e renovação do parque de máquinas.
Construção de valetas e sinalização na ER de Santa Maria.	Conclusão da obra.
Pavimentação de diversos troços da ER da Graciosa.	Obra em curso.
Correcção/pavimentação em Fonte Jordão-Praia.	Obra a iniciar.

Por outro lado, há uma forte componente no programa Calamidades — Sismo, o que representa um esforço adicional de investimento ajustado a um período de reconstrução (três a quatro anos) das ilhas afectadas pelo sismo de 9 de Julho de 1998.

O conjunto de investimentos descritos permite assegurar que os objectivos do Programa do Governo serão todos cumpridos, pois desde a melhoria da rede viária nas ilhas de São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial e Corvo à construção de novas vias (Ponta Delgada-Lagoa, variantes à cidade da Horta, a Água de Alto, a Vila Franca do Campo, a São Carlos) estão previstos executar ou iniciar no período de vigência do presente Plano.

Salienta-se também a importante actividade do Serviço de Viação e Transporte, onde as alterações recentes e futuras ao Código da Estrada influenciam até o contacto com o público e exigem uma profunda alteração naquele Serviço.

Em suma, no sector das obras públicas o Governo continua a investir balizado pelos referenciais do faseamento das obras e empreitadas e da qualidade, utilizando os seus recursos e otimizando a respectiva gestão.

Dotação — 3 705 000 contos.

Acção	Conteúdo
Reabilitação zona de vila de Lagoa	Obra a iniciar.
Remodelação da ER 3-1.ª Ponta Delgada-Ribeira Grande.	Obra a iniciar.
Reabilitação e pavimentação Silveira-São Carlos-Cruz das Cinco (6-2.ª).	Obra a iniciar.
Reabilitação e pavimentação da ER de Serretinha.	Obra a iniciar.
Reabilitação da ER 1-1.ª Cruz das Cinco-Silveira.	Obra a iniciar.

12.3 — Operadores e Segurança Rodoviária — 80 000 contos.

Acção	Conteúdo
Apoio aos operadores de transportes colectivos.	Apoio aos transportes com o pagamento de juros resultantes dos empréstimos contraídos para aquisição de autocarros e com o pagamento de participações visando a renovação da frota.

Programa n.º 13 — Equipamentos Públicos

O programa de equipamentos públicos contempla acções que visam o estabelecimento de meios materiais e técnicos da administração regional. É assim no caso do projecto de edifícios públicos, desenvolvendo iniciativas que vão desde a valorização à aquisição de novas

instalações, no de cartografia, implementando capacidades técnicas de representação e análise territorial, e ainda no Laboratório Regional de Engenharia Civil, com a construção de raiz e aquisição de equipamento para um novo edifício.

Dotação — 875 000 contos.

13 — Equipamentos Públicos — 875 000 contos.

13.1 — Edifícios Públicos — 510 000 contos.

Acção	Conteúdo
Instalações para a SRHE	Conservação das instalações.
Aquisição de um edifício para a SRHE	Aquisição de um edifício para a SRHE.
Reparações no Palácio de Santana	Conclusão das obras em curso.
Apoio a diversas entidades	Apoio a diversas entidades.
Pavilhão dos Açores na EXPO 98	Reinstalação na cidade da Horta do Pavilhão dos Açores na EXPO 98.
Remodelação das instalações do SRFPF	Remodelação das instalações.

13.2 — Cartografia — 50 000 contos.

Acção	Conteúdo
Cartografia	Continuação dos trabalhos de arranque do processo de criação de uma base de dados de cartografia digital da Região, com a participação de várias entidades, nomeadamente departamentos governamentais e autarquias locais, bem como empresas públicas.

13.3 — LREC — 315 000 contos.

Acção	Conteúdo
Novo edifício sede do LREC	Continuação das obras em curso.
Equipamento para o LREC	Equipamento para o LREC.

Programa n.º 14 — Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos

Os transportes marítimos, numa região dispersa como os Açores, são um sector estratégico para o desenvolvimento e promoção do sector produtivo e turístico das diferentes ilhas.

A fim de se criarem as condições para o desenvolvimento deste sector, o Governo Regional propõe-se continuar a sua política de modernização e adequação das infra-estruturas portuárias, bem como de apoio às empresas do sector, com vista à melhoria das acessibilidades na Região e à criação de um mercado interno

que contribua para a unidade regional, eliminando, progressivamente, as assimetrias existentes.

Neste contexto, o sucesso da experiência do transporte marítimo de passageiros, verificada em 1998, leva

a que este governo aposte numa solução idêntica para o próximo ano.

Dotação: 1 655 000 contos.

14 — Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos — 1 655 000 contos.

14.2 — Tráfego de Passageiros Interilhas — 192 000 contos.

Acção	Conteúdo
Construção de gares marítimas	Conclusão da empreitada e aquisição de mobiliário para as gares marítimas de Velas e São Roque.
Bonificação de juros ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 20/87/A, de 30 de Novembro.	Ampliação e remodelação do edifício da gare marítima de Santa Cruz.
Reparações nos cruzeiros das ilhas e do canal.	Construção da gare marítima de Praia da Vitória.
Apoio a embarcações de passageiros	Apoios financeiros a projectos de renovação de frota, considerados de interesse regional, para assegurar o tráfego interilhas de pessoas e bens e apoios a embarcações de passageiros.
	Manutenção e grandes reparações nos cruzeiros das ilhas e do canal.
	Apoio financeiro ao transporte marítimo de passageiros.

14.3 — Infra-Estruturas Portuárias — 1 453 000 contos.

Acção	Conteúdo
Reforço do molhe do porto de Vila do Porto	Reforço do molhe.
Marina da Horta	Remodelação da marina da Horta.
Núcleo de pescas de Praia da Vitória	Conclusão da construção dos armazéns de aprestos e outros trabalhos da empreitada.
Núcleo de pescas de Ponta Delgada	Construção de um núcleo de pescas.
Porto de Lajes das Flores	Construção de um armazém polivalente no porto de Lajes das Flores (garagens, oficinas, armazém de mercadorias, escritórios e átrio para recepção de utentes, terminal de passageiros, bilheteira, instalações sanitárias, etc.)
Ampliação do porto da Casa	Continuação da obra do prolongamento do porto.
Porto da Horta	Reabilitação do parque de contentores, ponte-cais, dragagens e pavimentação.
Porto de São Roque	Construção do parque de retém de gado, instalação de uma báscula, instalações sanitárias e pavimentos.
Porto de Velas	Execução das redes de serviços (conclusão).
Porto da Calheta	Melhorias da operacionalidade no porto da Calheta.

14.4 — Estudos — 10 000 contos.

Acção	Conteúdo
Estudos sobre o transporte marítimo	Estudo sobre as ligações marítimas.

Programa n.º 15 — Desenvolvimento dos Transportes Aéreos

Tal como os transportes marítimos, também o sector dos transportes aéreos é de fundamental importância para o desenvolvimento dos Açores.

Neste sentido, melhorar-se-ão as condições de operacionalidade dos aeroportos e aeródromos regionais e dar-se-á continuidade à política de apoio à

SATA — Air Açores, com vista ao seu equilíbrio financeiro e à redução das tarifas aéreas interilhas.

Desta forma o Governo pretende aumentar a mobilidade dos cidadãos residentes nos Açores, principalmente os mais penalizados em termos de tarifário e, simultaneamente, fomentar os fluxos turísticos para todas as ilhas.

Dotação — 1 725 000 contos.

15 — Desenvolvimento dos Transportes Aéreos — 1 725 000 contos.

15.1 — Infra-Estruturas e Equipamentos Aeroportuários — 98 000 contos.

Acção	Conteúdo
Remodelação e beneficiação da aerogare de São Jorge.	Remodelação da aerogare.
Remodelação e beneficiação da aerogare do Pico.	Remodelação da aerogare.

Acção	Conteúdo
Remodelação e beneficiação da aerogare das Flores.	Remodelação da aerogare.
Vedação do aeródromo do Corvo	Conclusão da repavimentação da pista do aeródromo do Corvo e início da vedação.
Remodelação e beneficiação do aeródromo das Flores.	Reparações diversas na pista de iluminação do aeródromo das Flores.
Aeródromo do Pico	Redimensionamento da pista e aerogare do Pico e aquisição de viaturas de combate a incêndios.

15.2 — Gestão dos Aeródromos Regionais — 127 000 contos.

Acção	Conteúdo
Gestão dos aeródromos da Região Autónoma dos Açores.	Gerir a exploração dos aeródromos, ao abrigo do contrato assinado entre a Região Autónoma dos Açores e a SATA — Air Açores, E. P.

15.3 — Equilíbrio Financeiro da Transportadora Aérea — 1 500 000 contos.

Acção	Conteúdo
Cobertura dos custos derivados das obrigações de serviço público impostas à SATA — Air Açores, E. P.	Assumir os custos sociais derivados do transporte aéreo de passageiros.

Programa n.º 16 — Consolidação e Modernização do Sector Energético

Este programa será desenvolvido em duas vertentes gerais: utilização racional de energia e serviço público e social.

No que concerne à vertente de utilização racional de energia, será dada continuidade à realização de estudos, de modo a ser obtida uma caracterização do sector energético da Região, a qual serve de base à política dirigida ao sector, a par da promoção de iniciativas rela-

cionadas com a divulgação e informação ao público em geral.

Quanto à segunda vertente (serviço público e social), este engloba o apoio a electrificações de usufruto público e o pagamento de iluminação pública das vias de comunicação regionais, bem como a regularização financeira de dívidas passadas, resultantes da iluminação pública.

Paralelamente, dá-se por concluído o projecto 16.2, «Infra-estruturas eléctricas das Flores», ao abrigo do qual foram despendidos 200 000 contos.

Dotação — 178 400 contos.

16 — Consolidação e Modernização do Sector Energético — 178 418 contos.

16.1 — Utilização Racional de Energia — 15 000 contos.

Acção	Conteúdo
Realização de estudos	Actualização dos balanços energéticos da Região e outros estudos.
Informação e divulgação	Campanhas de utilização racional da energia, actualização do Plano Energético da Região Autónoma dos Açores, realização de seminários e conferências.

16.3 — Serviço Público e Social — 163 418 contos.

Acção	Conteúdo
Apoio a electrificações	Prossecução das acções de apoio à realização de infra-estruturas eléctricas de usufruto público.
Realização financeira de acções de iluminação pública das vias de comunicação terrestre.	Regularização de débitos derivados da iluminação pública de vias da rede regional de estradas.
Regularização financeira de acções de iluminação pública.	Regularização de débitos derivados de iluminação pública.

Programa n.º 17 — Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica

A ciência e a tecnologia desempenham, cada vez mais, um importante papel no desenvolvimento social, económico e cultural dos cidadãos.

O desenvolvimento científico e a utilização generalizada das novas tecnologias assumem um papel de relevo na mudança social e no acesso ao conhecimento.

A informação e o conhecimento são o que de mais importante pode alterar a qualificação e os desempenhos dos agentes sociais.

A existência de uma política coerente na área científica e tecnológica tem demonstrado que os Açores são uma região preferencial na implementação de meios de acesso à informação que permitem obstar aos condicionamentos geográficos naturais.

Apostar no desenvolvimento científico e tecnológico e na implementação efectiva da sociedade da informação é apostar nos recursos naturais próprios e sobretudo nas pessoas.

Integrada na Presidência do Governo Regional, a Assessoria para a Ciência e Tecnologia tem vindo a coordenar e implementar várias acções que importa continuar e cujos resultados são já visíveis.

Manter o bom relacionamento e parceria efectiva com o Ministério da Ciência e Tecnologia permitirá efectivar acções de maior envergadura, cuja capacidade financeira regional tornaria quase irrealizáveis. São os casos do Centro de Divulgação Científica, cujo protocolo foi já assinado, do acesso das escolas básicas à rede da UARTE ou da realização de um evento na área científica e tecnológica que divulgue e atraia à Região especialistas e interessados nestas matérias.

Efectivar o princípio que o Governo Regional conseguiu introduzir no V Programa Quadro da Comunidade Europeia de Acções em Matéria de Investigação, de Desenvolvimento Tecnológico e de Demonstração (preferência às regiões ultraperiféricas) é, também, um dos objectivos a prosseguir.

1999 apresenta-se, ainda, como o ano da viragem do século, pelo que a resolução do problema informático denominado «bug do ano de 2000» deverá merecer uma especial atenção nos trabalhos a desenvolver.

O desenvolvimento da sociedade da informação, com projectos como o *Jornal Oficial Electrónico*, acesso electrónico a informação de interesse aos cidadãos e implementação de uma *intranet* na Presidência do Governo são, também, objectivos desta assessoria.

Dotação — 545 000 contos.

17 — Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica — 545 000 contos.

17.1 — Incremento dos Recursos para a Investigação, Ciência e Tecnologia — 545 000 contos.

Acção	Conteúdo
Apoio à inovação tecnológica do INOVA, UA e empresas.	O apoio à inovação tecnológica surge como um incentivo a projectos de inovação tecnológica de entidades privadas, de ensino e investigação.
Investigação e desenvolvimento no sector agro-pecuário (UA, INOVA e laboratórios regionais).	Apoio às tecnologias de informação, aplicações telemáticas, tecnologias e serviços avançados de comunicações, tecnologias industriais e dos materiais, inovação das indústrias regionais, utilização e ensaios de novos materiais.
Investigação e desenvolvimento no sector das pescas (UA — DOP).	Esta acção permite continuar a apoiar projectos de investigação no sector agro-pecuário, já em curso.
Investigação e desenvolvimento no sector da saúde.	Esta acção permite continuar a apoiar projectos de investigação no sector das pescas, já em curso.
Investigação e desenvolvimento dos recursos naturais (UA, INOVA, laboratórios regionais).	Nesta matéria, por se entender ser mais indicada a inserção na verba da SRAPA, foram excluídos os projectos de gestão dos navios N/I <i>Arquipélago</i> e L/I <i>Águas Vivas</i> e a Semana das Pescas.
Investigação e desenvolvimento nas áreas da vulcanologia e sismologia (SRPCA e INM).	Esta acção permite continuar a apoiar projectos de investigação no sector da saúde, já em curso.
Formação e divulgação científica e tecnológica (UA, INOVA, empresas e laboratórios regionais).	A continuação do apoio a projectos em curso nesta matéria consiste numa importante aposta na investigação dos recursos naturais da nossa Região.
Apoio à instalação do DOP — UA	A investigação e avaliação destas áreas são fundamentais para um cada vez melhor conhecimento de fenómenos naturais da nossa Região, aliado a uma melhoria da qualidade de vida das populações. O apoio a projectos neste âmbito surge como fundamental.
Desenvolvimento da sociedade da informação.	Esta acção foi a que conheceu maiores desenvolvimentos durante o ano de 1998, e a sua continuação e aumento para 1999 torna-se fundamental. Ganha relevo nesta matéria a constituição do Centro de Divulgação Científica, com protocolo já assinado com o MCT.
PRAIT — Programa de Apoio à Inovação Tecnológica.	Este projecto, plurianual, contém a necessidade de uma verba anual já programada de 50 000 contos. Acção nova para 1999, autonomizando, assim, as matérias ligadas à sociedade da informação, cujo papel tem vindo a assumir particular importância — a realização da Feira da Ciência e Tecnologia 2000, o alargamento do Projecto Jovens Século XXI para Rede Século XXI, a ligação à rede da UARTE de todas as escolas do ensino básico, bem como bibliotecas e outras instituições e associações, a promoção de um grande seminário sobre novas tecnologias. O PRAIT visa apoiar projectos de investigação científica, inovação tecnológica, formação e divulgação científica e tecnológica. São abrangidos por este Programa a Universidade e institutos públicos ou privados, laboratórios e serviços dependentes do Governo Regional dos Açores, instituições de solidariedade social, instituições sem fins lucrativos, empresas, pessoas singulares.

Vector: Valorização dos recursos humanos e da qualidade de vida

Os sectores compreendidos neste vector — Educação, Saúde, Juventude e Emprego, Solidariedade Social, Protecção Civil, Ambiente, Cultura, Desporto, Habitação

e Comunicação Social — concorrem para o bem-estar e melhores padrões de desenvolvimento social.

A intervenção dos investimentos do Plano neste domínio consubstancia-se em 12 programas, com uma dotação global de 14 902,5 milhares de contos.

Apresenta-se de seguida a programação financeira e material, bem como as principais linhas de política sectorial a prosseguir em 1999.

(Em milhares de contos)	
Vector/programas	1999
Vector — Valorização dos recursos humanos e da qualidade de vida	
Programa n.º 18 — Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educativas	2 918
Programa n.º 19 — Desenvolvimento do Sistema Educativo	340
Programa n.º 20 — Juventude e Emprego	535
Programa n.º 21 — Desenvolvimento das Infra-Estruturas de Saúde	2 075
Programa n.º 22 — Desenvolvimento do Sistema de Saúde	390
Programa n.º 23 — Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social	523
Programa n.º 24 — Protecção Civil	1 135
Programa n.º 25 — Qualidade Ambiental	779
Programa n.º 26 — Património e Actividades Culturais	1 651,5
Programa n.º 27 — Desenvolvimento Desportivo	1 182,3

(Em milhares de contos)	
Vector/programas	1999
Programa n.º 28 — Habitação	3 158,8
Programa n.º 29 — Comunicação Social	134,6
<i>Total da dotação do vector</i>	14 822,3

Programa n.º 18 — Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educativas

Completar o parque escolar, construindo as escolas em falta na rede, promovendo a redução da sobrelotação das escolas e adaptando as actuais, introduzindo-lhes as instalações e equipamentos adequados aos graus de ensino que ministram.

Combater a degradação das escolas, promovendo a sua reparação, beneficiação e conservação.

Melhorar a cobertura da rede de educação especial. Harmonizar o funcionamento da rede pública e das IPSS ao nível da educação pré-escolar.

Aumentar os níveis de frequência do ensino secundário, designadamente das vias tecnológicas.

Dotação — 2 918 000 contos.

18 — Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educativas — 2 918 000 contos.

18.1 — Construções Escolares — 2 918 000 contos.

Ação	Conteúdo
Construção da EB/JI de Lagoa	Conclusão dos trabalhos de construção de escola tipo P3 de 16 salas de aula. Aquisição dos equipamentos.
Construção da EB/JI de Rabo de Peixe	Conclusão do projecto de execução e início da construção da escola P3 de 16 salas de aula. Contrato ARAAL com a Câmara Municipal da Ribeira Grande.
Construção da EB/JI da Ribeira Grande	Elaboração do projecto de execução e início da construção da escola tipo P3 de 10 salas de aula. Contrato ARAAL com a Câmara Municipal da Ribeira Grande.
Reformulação da rede escolar do Topo e Santo Antão.	Conclusão e aprovação do projecto de execução e início da construção da escola básica integrada.
Construção da EB/JI de Matriz	Aprovação do projecto de execução e início da empreitada do concurso da escola tipo P3 de seis salas de aula. Contrato ARAAL com a Câmara Municipal da Horta.
Ampliação/remodelação EB/JI de São Vicente Ferreira.	Início dos trabalhos de ampliação do estabelecimento de ensino. Contrato ARAAL com a Câmara Municipal de Ponta Delgada.
Manutenção/reparação das instalações do ensino básico e secundário.	Manutenção/reparação das instalações dos ensinos básicos, secundário e artístico a realizar pelos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino, através de verbas a transferir para os fundos escolares.
Ampliação da EB/JI de Flamengos	Aprovação do projecto de execução e início da empreitada de ampliação do edifício escolar.
Construção EB 2, 3+ensino artístico de Ponta Delgada.	Conclusão do processo relativo à expropriação de terrenos. Conclusão e aprovação do projecto de execução. Lançamento da empreitada e início da construção da escola.
Construção ESG/B de Lagoa	Conclusão do processo relativo à aquisição dos terrenos e continuação dos trabalhos de construção da escola.
Construção EB 2, 3 dos Ginetes	Conclusão e aprovação do projecto de execução. Aquisição de terrenos. Início da empreitada de construção da escola.
Construção EB 2, 3 da Maia	Início da empreitada de construção da escola.
Construção EB 2, 3+ensino artístico de Angra do Heroísmo.	Conclusão e aprovação do projecto de execução. Lançamento da empreitada e início da construção da escola.
Construção da ESG/B de Lajes do Pico	Elaboração e aprovação do projecto de execução.
Construção ESG/B da Horta	Conclusão e aprovação do projecto de execução. Lançamento da empreitada e início da construção da escola.
Adaptação ao ensino secundário e grande reparação da EB 2, 3/S de Bento Rodrigues.	Conclusão e aprovação do projecto e início da empreitada.
Adaptação ao ensino secundário e grande reparação da EB 2, 3/S de Nordeste.	Elaboração e aprovação do projecto de execução. Início da empreitada. Contrato ARAAL com a Câmara Municipal de Nordeste.
Aquisição, reparação, ampliação e adaptação ao ensino secundário da EB 2, 3/S de Maria Isabel C. Medeiros.	Elaboração e aprovação do projecto de execução. Início e conclusão da empreitada de reparação e adaptação da Escola ao ensino secundário.
Adaptação ao ensino secundário e grande reparação da EB 2, 3/S de Santa Cruz da Graciosa.	Conclusão e aprovação do projecto de execução. Início da empreitada.
Adaptação ao ensino secundário da EB 2, 3/S do Padre Manuel A. Cunha.	Conclusão e aprovação do projecto de execução. Início da empreitada.
Adaptação ao ensino secundário e ampliação/grande reparação da EB 2, 3/S de Velas.	Conclusão da empreitada de reparação de instalação eléctrica. Elaboração e aprovação do projecto de execução da adaptação ao ensino secundário da Escola e início da empreitada.

Acção	Conteúdo
Adaptação ao ensino secundário da EB 2, 3/S do Padre Maurício de Freitas.	Conclusão e aprovação do projecto de execução. Início da empreitada.
Ampliação e grande reparação da EB 2, 3 de Vila Franca do Campo.	Conclusão e aprovação do projecto de execução. Início da empreitada.
Grande reparação e ampliação da EB 2, 3 de F. Ornelas da Câmara.	Conclusão e aprovação do projecto de execução. Início da empreitada.
Ampliação da EB 2, 3/S de São Roque do Pico.	Conclusão e fecho financeiro da empreitada.
Grande reparação da ESG/B de Domingos Rebelo.	Conclusão e aprovação do projecto de execução. Início da empreitada.
Reparação da EB 2, 3 de Angra do Heroísmo.	Conclusão das empreitadas de reparação e beneficiação das instalações escolares.
Reparação da EB 2, 3 de Biscoitos	Conclusão e aprovação do projecto de execução. Início e conclusão da empreitada.
Escola de ensino especial de Angra do Heroísmo.	Participação financeira na construção do Centro Social de São Luís.
Cooperação financeira com as autarquias . .	Grande reparação beneficiação/adequação funcional e ampliação de edifícios escolares do 1.º ciclo — cooperação financeira com as autarquias.
Melhoria das instalações do ensino básico e secundário.	Preparação, beneficiação e conservação de edifícios escolares dos ensinos básico e secundário.
Apoio à instalação do DOP — UA	Este projecto, plurianual, contém a necessidade de uma verba anual já programada de 50 000 contos.
Desenvolvimento da sociedade da informação.	Ação nova para 1999, autonomizando, assim, as matérias ligadas à sociedade da informação, cujo papel tem vindo a assumir particular importância — a realização da Feira da Ciência e Tecnologia 2000, o alargamento do projecto Jovens Século XXI para Rede Século XXI, a ligação à rede da UARTE de todas as escolas do ensino básico, bem como bibliotecas e outras instituições e associações, a promoção de um grande seminário sobre novas tecnologias.
PRAIT — Programa de Apoio à Inovação Tecnológica.	O PRAIT visa apoiar projectos de investigação científica, inovação tecnológica, formação e divulgação científica e tecnológica. São abrangidos por este programa a Universidade e institutos públicos ou privados, laboratórios e serviços dependentes do Governo Regional dos Açores, instituições de solidariedade social, instituições sem fins lucrativos, empresas, pessoas singulares.

Programa n.º 19 — Desenvolvimento do Sistema Educativo

Promover a educação e a formação como um processo permanente.

Aumentar a qualificação do corpo docente através da implementação de programas de formação adequados.

Transformar a escola num espaço de bem-estar e atractivo, dotando-a dos equipamentos pedagógicos adequados.

Dotação — 340 000 contos.

19 — Desenvolvimento do Sistema Educativo — 340 000 contos.

19.1 — Equipamentos Escolares — 280 000 contos.

Acção	Conteúdo
Aquisição de equipamentos para a educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico.	Aquisição de material de cultura, material de informática e maquinaria e equipamento.
Aquisição de equipamentos para os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário.	Aquisição de material de cultura, material de informática e maquinaria e equipamento.
Aquisição de equipamentos para o ensino especial, artístico e CATE.	Aquisição de material de cultura, material de informática e maquinaria e equipamento.

19.2 — Formação — 60 000 contos.

Acção	Conteúdo
Formação para o ensino	Qualificação de pessoal docente e não docente e apoio à formação técnico-profissional.

Programa n.º 20 — Juventude e Emprego

Apresentação dos objectivos e principais linhas de política de programação proposta para 1999.

Objectivos:

Contribuir para a competitividade do tecido empresarial, através da preparação de recursos humanos com competência profissional;

Eliminar o desfasamento entre o sistema educativo e as necessidades do mercado de trabalho e a

criação de um sistema formativo para todos os níveis I, II e III (6.º, 9.º e 12.º anos);

Investir na adequação tecnológica dos serviços que constituem a DRJEPF;

Contribuir para o esforço de actualização profissional de sectores em forte mutação de conhecimentos profissionais como sejam as pescas, a agricultura e alguns serviços (Programa REACTIVAR);

Financiar postos de trabalho de longa duração (Programa INTEGRA);
Promover a mobilidade, o associativismo e a informação dos jovens, por serem considerados os três eixos essenciais de uma política para a juventude.

Principais linhas de política de programação proposta para 1999:

Garantir, através do plano, o complemento do financiamento comunitário para os diversos programas e acções de formação profissional;

Promover o ensino técnico-profissional alargado a toda a Região Autónoma dos Açores e descentralizado;

Proceder a uma adaptação do sistema de qualificação inicial através da ligação formação profissional/educação;

Recolher informação sobre o mercado de emprego para elaboração de estatísticas, associadas a análises prospectivas a fim de se obter previsões sobre o comportamento do mesmo.

Dotação — 535 000 contos.

20 — Juventude e Emprego — 535 000 contos.

20.1 — Juventude, Emprego e Formação Profissional — 535 000 contos.

Ação	Conteúdo
Ocupação de tempos livres de jovens	Fomento de actividades ocupacionais de tempos livres, segundo projectos com impacte social, realizadas em instituições sem fins lucrativos, que visem a aprendizagem de comportamentos sociáveis, de organização e partilha de espaço laboral.
Formação e apoio ao emprego para repatriados.	Apoio a entidades não lucrativas no desenvolvimento de acções de formação para repatriados.
Mobilidade e turismo juvenil	Apoio a viagens estruturadas que visem a observação de outras vivências e culturas, assim como o desenvolvimento de uma vivência comum no interior dos Açores, de Portugal e da União Europeia.
Formação profissional (componente regional).	Componente regional das acções promovidas por entidades públicas, co-financiadas pelo FSE.
Prevenção das toxicodependências	Apoio a acções de prevenção das toxicodependências (alcoholismo, tabagismo e drogas). Criação de uma rede associativa de observação das toxicodependências, apoio na informação e apoio a acções de inserção (formação), criação de emprego.
Instalações e adequação tecnológica dos serviços.	Execução das obras nas futuras instalações dos serviços que representam a DRJFP e a (Inspecção Regional do Trabalho) e dotá-los de equipamento/mobiliário. Iniciar os projectos para as instalações desses serviços em Angra. Modernizar as agências para a qualificação e emprego.
Formação e ensino profissional inicial	Apoio a acções de formação profissional inicial enquadradas por organizações públicas ou privadas, tais como escolas profissionais, assim como outras entidades com formação acreditada para tal.
PIAJ — Programa de Incentivo ao Associativismo Juvenil.	Apoio a planos de desenvolvimento para as áreas de infra-estruturas, equipamentos, recursos humanos, relações internacionais, funcionamento, publicações, formação, documentação, informação ou assessoria jurídica.
PROFIJ — Programa Formativo de Inserção de Jovens (componente regional).	Programa de formação inicial de jovens, cobrindo os níveis I, II, III, da aprendizagem em alternância, a desenvolver em parcerias com estabelecimentos de ensino público. Destina-se essencialmente a co-financiar os projectos aprovados em 1998.
Centros de informação juvenil	Apoio à implementação e funcionamento dos centros de informação juvenil.
REACTIVAR — Formação para Activos (componente regional).	Implantação de um dispositivo regional de formação profissional para activos em situação de reconversão profissional interna ou externa (ou em risco de reconversão profissional), devido a reestruturações ou mutações das qualificações profissionais da empresa.
PESCAR — Formação de Pescadores em Inactividade (componente regional).	Implementação de um plano de formação de pescadores activos em época de inactividade.
Programa INICIATIVA — Apoio a Grupos Informais de Jovens.	Implementação e divulgação do Programa INICIATIVA. Fomento de acções individuais e dos primeiros planos dos grupos informais de jovens.
SAZONAL — Programa Ocupacional Social de Adultos (componente regional).	Programa ocupacional e de formação para adultos em situação temporária de inactividade.
Pousadas da juventude	Pequenas obras de reparação e equipamentos nas Pousadas da Juventude de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, assim como da Albergaria da Lenda das Sete Cidades, Faial.
PROSA (complemento regional)	Programa de fomento do mercado social do emprego.
INTEGRA — Programa de Inserção de Desempregados (componente regional).	Programa de fomento de criação efectiva de postos de trabalho em empresas privadas.
Inserção de portadores de deficiência	Apoio na criação de empresas de e para deficientes.
Fomento do mercado social de emprego	O programa tem o objectivo de fomentar o mercado social de emprego, privilegiando os segmentos da população mais desfavorecida na ocupação das vagas dos programas PROSA.
Estudos e projectos para formação, emprego e juventude.	Estudos e projectos para formação, emprego e juventude.
ESTAGIAR — Programa de Estágios Profissionais.	O Programa ESTAGIAR visa proporcionar estágios até quatro meses a jovens com formação tecnológica, técnico-profissional e licenciados em entidades privadas ou públicas, com ou sem fins lucrativos.

Programa n.º 21 — Desenvolvimento de Infra-Estruturas de Saúde

Este programa tem por objectivo melhorar e remodelar as infra-estruturas de saúde existentes na Região, dotando-as de áreas adequadas à prestação de serviços.

Destaca-se o apetrechamento do Hospital do Divino Espírito Santo e a remodelação/ampliação dos Hospitais

de Angra do Heroísmo e Horta e do Centro de Saúde de Povoação, bem como a construção do novo Centro de Saúde da Praia da Vitória e Unidade de Saúde da Lagoa.

Será efectuado o estudo/projecto para as novas instalações do Centro de Saúde de Ponta Delgada.

Dotação — 2 075 000 contos.

21 — Desenvolvimento de Infra-Estruturas de Saúde — 2 075 000 contos.

21.1 — Construção de Novas Unidades — 1 525 000 contos.

Ação	Conteúdo
Hospital do Divino Espírito Santo	Apetrechamento da nova unidade hospitalar a fim de substituir a existente, com uma capacidade de 492 camas. População abrangida: São Miguel e Santa Maria, bem como as restantes ilhas.
Centro de Saúde da Praia da Vitória	Construção e apetrechamento do Centro de Saúde da Praia da Vitória com capacidade de 16 camas. Número de habitantes abrangidos: 23 245.
Unidade de Saúde de Lagoa	Construção de uma unidade de saúde em Lagoa, para prestação de cuidados de saúde naquele conselho. Número de habitantes abrangidos: 12 816.
Unidades de saúde autónomas	Unidades de saúde incluídas em polivalentes de serviços para prestação de cuidados de saúde ao nível das freguesias. Número: seis.
Centro de Saúde de Ponta Delgada	Construção da rede de serviços de saúde englobada no Centro de Saúde de Ponta Delgada. Substituição da estrutura. Abrange 63 117 habitantes.

21.2 — Remodelação/Ampliação de Unidades de Saúde Existentes — 550 000 contos.

Ação	Conteúdo
Remodelação e ampliação do Hospital de Angra do Heroísmo. Hospital da Horta	Remodelação e ampliação da actual estrutura do Hospital, criando valências até agora inexistentes e humanizando a actual estrutura. População servida na Terceira: 59 264 e restante população. Introdução de valências até agora inexistentes, que passa pela criação de uma unidade de cuidados intermédios e hemodiálise. Remodelação da área de hemato-oncologia. População abrangida: 36 000.
Centro de Saúde de Povoação	Ampliação e remodelação do actual Centro de Saúde com 20 camas para melhorar as condições de assistência aos utentes naquele concelho. Número de habitantes abrangidos: 7082.
Estruturas de apoio à psiquiatria e toxicod dependência. Beneficiação e ampliação de várias unidades de saúde.	Apoio à remodelação/ampliação de casas de saúde como complemento privado do sector público nas áreas da psiquiatria e toxicod dependência. Dois sectores. Beneficiação da rede de unidades de saúde — centros de saúde.

Programa n.º 22 — Desenvolvimento do Sistema de Saúde

Os projectos incluídos neste programa visam essencialmente a modernização e apetrechamento dos serviços com equipamentos médicos adequados.

Continuar o estudo e implementação da rede de informação na área da saúde com o objectivo de pôr em funcionamento a telemedicina, nomeadamente a telerradiologia.

Continuar no domínio da formação a actualização de profissionais de saúde.

Criação de incentivos para apoiar profissionais desta área, nomeadamente médicos, enfermeiros e estudantes que queiram ingressar no curso de Medicina.

Dotação — 390 000 contos.

22 — Desenvolvimento do Sistema de Saúde — 390 000 contos.

22.1 — Apetrechamento/Modernização — 340 000 contos.

Ação	Conteúdo
Apetrechamento do Hospital de Angra do Heroísmo. Apetrechamento do Hospital da Horta	Modernização e aquisição de equipamento.
Aquisição de equipamento para unidades de saúde. Viaturas do Serviço Regional de Saúde . . .	Modernização e aquisição de equipamento. Modernização de equipamento, tendo em vista novas tecnologias.
Telemedicina, renovação de equipamento e <i>software</i> . Emergência médica	Substituição do parque automóvel afecto ao Serviço Regional de Saúde, devido ao constante desgaste ao serviço de profissionais e utentes. Cerca de 15 veículos. Aquisição de <i>software</i> e equipamento informático a fim de implementar uma rede de telemedicina. Apetrechamento de 3 hospitais e 16 centros de saúde. Construção do heliporto.

22.2 — Actualização Profissional — 50 000 contos.

Ação	Conteúdo
Actualização de profissionais de saúde	Investir na formação profissional contínua, criando condições atractivas à fixação nas ilhas onde se verifiquem maior carência. Desenvolvimento de uma proforma de formação profissional para pessoal de saúde. Apoio a congressos (40/ano). Cursos específicos (20/ano). Bolsas (114/ano). Apoios a encontros (6/ano).

Programa n.º 23 — Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social

São objectivos de política de solidariedade e segurança social:

Combater a pobreza e a exclusão social através de medidas de prevenção, acompanhamento e reinserção das pessoas, procurando a sua integração na família e na comunidade;

Desenvolver e ampliar os programas de luta contra a pobreza;

Aumentar e potenciar os programas de inserção dos beneficiários do rendimento mínimo garantido, nomeadamente no que se refere ao cumprimento da escolaridade obrigatória, aumentando o seu nível de escolaridade e desenvolvendo competências no sentido de os dotar de maiores níveis de empregabilidade, tendo em conta que o fenómeno da pobreza está ligado a níveis de escolaridade baixos e tardios;

Desenvolver acções específicas para os grupos de risco, nomeadamente:

As crianças e jovens, desenvolvendo acções que contribuam para a melhoria das condições da vida familiar;

Criar pequenas estruturas (centros de acolhimento) que permitam a intervenção rápida junto de crianças e jovens privados de meio familiar saudável;

Desenvolver o trabalho das equipas de adopção, possibilitando que, de um modo rápido e tecnicamente correcto, as crianças e ou jovens encontrem uma nova família;

Os idosos, através de medidas que possibilitem a sua integração, evitando o desenraizamento;

Criar estruturas de apoio aos idosos muito dependentes, através da construção de enfermarias de rectaguarda;

Desenvolver o apoio integrado à pessoa com deficiência através do apoio ao trabalho em rede das instituições que trabalham no âmbito desta valência;

Continuar a desenvolver e ampliar os programas de apoio aos cidadãos portugueses repatriados para os Açores, potenciando a sua integração plena;

Potenciar os equipamentos sociais de apoio às populações, bem como a actividade das instituições particulares de solidariedade social, desenvolvendo o princípio da pareceria e o estímulo ao voluntariado;

Continuar a dotar a Região dos equipamentos sociais indispensáveis, segundo critérios de prioridade.

Dotação — 523 000 contos.

23 — Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social — 523 000 contos.

23.1 — Equipamentos de Apoio a Idosos — 225 000 contos.

Acção	Conteúdo
Construção do lar de idosos da Santa Casa da Misericórdia de Nordeste.	Apoio financeiro para a construção de um lar de idosos. Conclusão da obra de construção.
Construção do centro de cuidados geriátricos da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.	Apoio financeiro para a construção de um centro de cuidados geriátricos. Continuação da obra de construção do centro.
Reconstrução do edifício de Recolhimento de São Gonçalo.	Apoio financeiro para a reconstrução e adaptação do edifício para o apoio a idosos. Lançamento do concurso e início da obra.
Remodelação e adaptação do edifício a centro comunitário da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto.	Apoio financeiro para adaptação de edifício a centro de apoio à comunidade na área de idosos, jovens e deficientes. Conclusão do projecto e lançamento do concurso público.
Remodelação e ampliação do lar de idosos de Augusto César Ferreira Cabido.	Apoio financeiro para a remodelação e adaptação do lar de idosos. Conclusão da obra.
Remodelação e adaptação do edifício a centro comunitário da Santa Casa da Misericórdia de São Roque do Pico.	Apoio financeiro para adaptação do edifício a centro de apoio à comunidade na área de idosos. Conclusão do projecto, concurso e início da obra.
Criação, melhoramentos e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos.	Apoio financeiro à criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos.
Recuperação do edifício da Santa Casa da Misericórdia da Calheta.	Apoio financeiro para recuperação e adaptação de edifício para instalação de serviço de apoio domiciliário. Concurso e início da obra.
Remodelação do edifício do lar de idosos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo.	Apoio financeiro para remodelação e adaptação do edifício do lar de idosos. Lançamento do concurso e início da obra.
Remodelação do lar de idosos da Santa Casa da Misericórdia da Madalena.	Apoio financeiro para a ampliação do lar de idosos. Conclusão da obra.
Remodelação do edifício da Cozinha Económica Angrense.	Apoio financeiro na reconstrução e remodelação do edifício para apoio à comunidade no fornecimento de refeições. Concurso e início da obra.
Remodelação de prédios para lar de idosos da Santa Casa Misericórdia da Praia da Graciosa.	Apoio financeiro na remodelação e adaptação de edifícios para lar de idosos. Concurso e início da obra.

23.2 — Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude — 298 000 contos.

Acção	Conteúdo
Construção da creche e jardim-de-infância do Centro de Bem-Estar Social de São José.	Apoio financeiro para a construção de uma creche e jardim-de-infância. Conclusão da obra.
Construção de creche e jardim-de-infância da Associação de São João de Deus.	Apoio financeiro para a remodelação e ampliação de uma estrutura de creche e jardim-de-infância. Remodelação de edifício e ampliação com aquisição de parte de outro edifício.
Construção de creche e jardim-de-infância da Casa do Povo de Porto Judeu.	Apoio financeiro para a criação de uma nova estrutura para a creche e jardim-de-infância. Construção de novo edifício. Início da obra.
Construção de lar de jovens na Candelária	Apoio financeiro para a construção de um lar de jovens. Construção e conclusão da obra.
Criação do centro ocupacional de deficientes da Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores.	Apoio financeiro para adaptação de uma estrutura para instalação de um centro ocupacional e lar de apoio a deficientes. Continuação da obra de construção.
Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude.	Apoio financeiro à criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude.
Criação de lar de jovens em Santa Maria	Apoio financeiro para a construção de um lar de jovens. Construção ou adaptação do edifício.
Criação de lar de jovens nas Flores	Apoio financeiro para a construção de um lar de jovens. Construção ou adaptação do edifício.
Criação de uma creche no Livramento . . .	Apoio financeiro a uma instituição para a criação de uma creche na freguesia do Livramento. Execução do projecto.
Recuperação de edifício da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento (lar feminino, centro de acolhimento e serviços).	Apoio financeiro na reconstrução de edifício para apoio ao lar de Nossa Senhora do Livramento. Remodelação do projecto e concurso.
Edifício para centro de noite — ACM (Terra Chã).	Apoio financeiro para aquisição de prédio e construção de edifício para apoio a deficientes. Aquisição de prédio e execução do projecto.
Criação de um lar de jovens em Ponta Delgada — Patronato de São Miguel.	Apoio financeiro para a construção de um lar de jovens. Continuação da execução da obra e conclusão da mesma.

Programa n.º 24 — Protecção Civil

Implementar uma nova rede de telecomunicações.
 Melhorar de forma considerável as instalações imóveis dos bombeiros voluntários, nomeadamente o arranque nos processos de construção dos quartéis de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Madalena.

Reforçar e melhorar as condições mínimas em equipamento diverso, visando a reposição (referente à crise sísmica de Julho nas ilhas do Faial, Pico e São Jorge) e uma gradual melhoria na operacionalidade do SRPCA.

Dotação — 1 135 000 contos.

24 — Protecção Civil — 1 135 000 contos.

24.1 — Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB — 173 500 contos.

Acção	Conteúdo
Auto-tanques médios	Aquisição de três auto-tanques médios.
Auto-sapadores ligeiros	Aquisição de um auto-sapador ligeiro.
Auto-comandos	Aquisição de cinco auto-comandos.
Ambulâncias de socorro	Aquisição de cinco ambulâncias de socorro.
Reparação de viaturas dos CB	Grandes reparações de viaturas.
Aquisição do equipamento, fardamento e mobiliário para AHBV.	Aquisição do equipamento diverso, fardamento e mobiliário.

24.2 — Construção/Remodelação de Infra-Estruturas e Equipamentos dos CB — 630 000 contos.

Acção	Conteúdo
Construção do quartel de Ponta Delgada	Construção de novas instalações para a AHBV de Ponta Delgada (continuação).
Instalação da secção destacada da AHBV de Angra do Heroísmo, Altares.	Início da construção das instalações da secção destacada dos Altares.
Ampliação do quartel da AHBV da Madalena.	Construção da parte social do quartel, remodelação da área operacional e ampliação de garagens.
Instalações da secção destacada da AHBV de Santa Cruz nas Lajes das Flores.	Conclusão da construção das instalações da secção destacada das Lajes das Flores.
Construção de anexos	Construção de anexos para arrecadação de material, reparação e beneficiação de viaturas nos quartéis de Santa Maria e Povoação.
Beneficiação e reparação de quartéis das AHBV.	Grandes obras de manutenção e beneficiação de quartéis.
Escola de formação de BV/PC	Criação de um centro de formação profissional de protecção civil e bombeiros e construção de um campo de manobras (3.ª fase).

24.3 — Formação e Informação — 67 500 contos.

Acção	Conteúdo
Apoios a diversas entidades	Execução de protocolos em curso com a Cruz Vermelha, dois rádios locais, bem como radioamadores, em acções e equipamentos úteis para os objectivos da protecção civil.
Estudos de carácter científico	Apoiar a Universidade dos Açores nas deslocações e estadas de cientistas estrangeiros, sempre que ocorram ou se verifiquem iminentes fenómenos que requeiram técnicos especializados.
Execução do protocolo com a Universidade dos Açores.	Esta acção era da responsabilidade do SRPCA, passou para o Gabinete da Presidência do Governo, mas deveria regressar ao SRPCA para que o apoio possa ser prestado no regime duodecimal.
Sistema de Informação Geográfica	O Centro de Vulcanologia tem despesas fixas com a rede de vigilância.
Formação profissional ao nível da protecção civil.	Estudo e análise para implantação do SIG. Criação de um banco de dados de cartografia na Região Autónoma dos Açores, coordenado pela Divisão de Cartografia do DROT, SRHE. Participação do SRPCA na constituição de um núcleo regional do SNIG.
Informação, formação e sensibilização da população.	Formação técnica mais avançada de técnicos do SRPCA. Organização de seminários/jornadas de protecção civil dirigidas a entidades que colaboram com o SRPCA. Cursos de formação na área de socorrismo e emergência médica.
Formação profissional de bombeiros	Exercício regional. Seminário para grupo alvo. Comemoração do Dia Mundial da Protecção Civil e da Década Internacional para a Prevenção de Catástrofes Naturais. Projectos Crianças em Segurança e Educar para a Protecção Civil. Campanhas de prevenção sobre «Queimadas» e sobre «Enchurradas». Participação em feiras. Material didáctico de protecção civil.
	Acções de formação, cursos, seminários, estágios, etc.

24.4 — Serviço Regional de Protecção Civil — 264 000 contos.

Acção	Conteúdo
Instalações SRPCA/IRBA	Construção de heliporto e vias de acesso. Ampliação do edifício e reestruturação da Estação Açor.
Meios e recursos do SRPCA	300 sacos e envelopes para cadáveres, 100 tendas P6, 6 geradores rebocáveis, 500 colchões e 1000 cobertores, 6 tendas insufláveis para comando e coordenação de catástrofe.
Telecomunicações de emergência do SRPCA/IRBA.	Implementação da rede integrada de radiocomunicações de protecção civil.

Programa n.º 25 — Qualidade Ambiental

A actividade a desenvolver no âmbito do ambiente visa a gestão correcta dos recursos ambientais, atendendo às necessidades actuais de planeamento de estratégias e de ordenamento do território.

Nesse sentido serão acompanhados os planos de ordenamento e promovida a gestão dos recursos hídricos, onde se incluem a correcção do regime torrencial das linhas de água e a protecção da qualidade das reservas.

Será também elaborado o ordenamento da orla costeira e implementados os planos estratégicos relativos a resíduos sólidos urbanos, conservação da natureza e educação e informação ambiental.

Paralelamente serão assegurados os trabalhos relativos ao controlo da qualidade do ambiente na Região Autónoma dos Açores, nas diferentes áreas da responsabilidade da Direcção Regional do Ambiente.

Dotação — 779 000 contos.

25 — Qualidade Ambiental — 779 050 contos.

25.1 — Gestão de Recursos — 364 550 contos.

Acção	Conteúdo
Avaliação de recursos	Monitorização da qualidade da água das lagoas da RAA. Manutenção da rede hidrométrica.
Ordenamento de bacias hidrográficas	Análise das águas das lagoas. Aquisição e reparação de equipamentos.
Protecção dos recursos hídricos	Planos de ordenamento das bacias hidrográficas. Execução de bacias hidrográficas.
Desobstrução e limpeza de ribeiras	Controlo de eutrofização de lagoas. Construção e melhoramentos em infra-estruturas hidráulicas.
	Aquisição de terrenos para protecção de recursos hídricos.
	Limpeza e desobstrução de ribeiras.

25.2 — Valorização da Qualidade Ambiental — 179 500 contos.

Acção	Conteúdo
Conservação da natureza	Jardim Botânico do Faial. Trabalhos de limpeza e manutenção de trilhos.
Controlo da qualidade ambiental	Análise de águas balneares. Análise microbiológica das areias. Relatórios de qualidade das águas de consumo. Gestão de resíduos. Monitorização da qualidade do ar. Relatório do estado do ambiente.

Acção	Conteúdo
Gestão de áreas protegidas	Gestão da rede regional de áreas protegidas. Rede Natura 2000. Projecto LIFE/protecção das aves marinhas.

25.3 — Ordenamento do Território — 198 000 contos.

Acção	Conteúdo
Protecção da orla costeira de Lajes do Pico Protecção da orla costeira de Santa Maria Protecção da orla costeira de São Jorge . . . Protecção da orla costeira da Graciosa . . . Protecção da orla costeira — outras intervenções. Ordenamento e urbanismo	Protecção da orla marítima de Lajes do Pico. Protecção da orla marítima de São Lourenço. Protecção da orla marítima de alguns troços da ilha de São Jorge. Protecção da orla marítima de Fonte da Areia e Termas do Carapacho. Pequenas intervenções, valorização e protecção da orla costeira em várias ilhas. Actividades de implementação do PROTA. Elaboração dos planos de ordenamento em troços das costas da Terceira e São Jorge. Gestão dos planos de ordenamento.

25.4 — Informação e Formação — 37 000 contos.

Acção	Conteúdo
Informação e promoção ambiental	Campanhas de educação e sensibilização ambiental. Publicação da revista <i>Ecológico</i> . Apoio a ONG e apoio à formação na área do ambiente. Abertura da segunda ecoteca regional. Realização e participação em seminários, reuniões e congressos.

Programa n.º 26 — Património e Actividades Culturais

Um dos aspectos que, regra geral, tem sido apontado como positivo pela opinião pública relativamente à actuação do VII Governo Regional é efectivamente a cultura, sendo frequente ouvir-se referências a uma nova dinâmica em curso, que urge manter e acelerar.

As ideias subjacentes à política que tem vindo a ser desenvolvida consideram aspectos como:

- 1) A necessidade de se proporcionar à população em geral oportunidades de acesso a bens culturais, devendo a iniciativa governamental tender a passar gradualmente à retaguarda, motivando e permitindo a intervenção da iniciativa privada, singular ou colectiva, com o objectivo último de ser a própria sociedade a desenvolver na prática uma política cultural consequente;
- 2) A necessidade de se acabar em definitivo com o regime de subsídio que por facilidade vinha a ser praticado, e persistir sem concessões, aperfeiçoando-a, numa política de celebração de contratos com os agentes culturais, entendendo-se que a iniciativa e os apoios governamentais nesta área deverão tender a resumir-se à criação de condições humanas e técnicas, devendo as disponibilidades financeiras ser canalizadas preferencialmente para a formação técnica e artística dos agentes, para a criação e manutenção de infra-estruturas e para a valorização dos talentos criativos; e
- 3) A necessidade de se construir equipamentos e infra-estruturas indispensáveis para a criação artística e para o desenvolvimento cultural da população.

Os anos de 1997 e 1998 constituíram uma fase de transição entre uma total ausência de política cultural para a Região e a definição de uma política por objectivos que agora se pretende pôr em prática.

Não alterando, para já, a estrutura deste programa, introduzem-se alterações em relação às acções de cada projecto.

O projecto 26.01, Dinamização de Actividades Culturais, enquadra os contratos estabelecidos com agentes culturais, colectivos ou individuais, que se proponham realizar projectos previamente candidatados nas áreas definidas no artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 22/97/A, de 4 de Novembro, prevê a constituição de infra-estruturas, a serem criadas ao abrigo de legislação própria, tendo em vista fornecer à Região equipamentos destinados à dinamização da vida cultural corrente e engloba iniciativas governamentais destinadas a fornecer à população o usufruto de bens culturais que, dadas as suas dimensões, âmbito regional e custos, não poderão ser assacados a particulares.

O projecto 26.02, Defesa e Valorização do Património Cultural, abarca as acções relacionadas com o património cultural da Região em qualquer das suas dimensões (móvel, imóvel, artístico e imaterial), apoiando particulares no restauro e conservação de bens classificados que lhes pertençam, prevendo a cooperação com as autarquias na construção, recuperação ou conservação de equipamentos culturais e contemplando a construção, recuperação e conservação de estruturas destinadas à preservação e exposição de bens culturais da Região, como sejam museus e bibliotecas, e ainda à realização de actividades culturais de âmbito regional.

O projecto 26.03, Angra do Heroísmo Património Mundial, integralmente destinado à Zona Classificada

de Angra do Heroísmo, contempla o apoio a obras particulares, de acordo com a legislação específica em vigor, e o apoio a projectos de investigação histórica e patrimonial sobre a cidade.

É nesta perspectiva e com estes objectivos que a Direcção Regional da Cultura apresenta, no âmbito das suas competências orgânicas, a sua proposta para o ano de 1999.

Dotação — 1 651 500 contos.

26 — Património e Actividades Culturais — 1 651 500 contos.

26.1 — Dinamização de Actividades Culturais — 334 000 contos.

Ação	Conteúdo
Festas concelhias, festivais e congressos ...	Apoio à realização de actividades culturais que integrem os programas de festas concelhias, festivais e congressos.
Artes dramáticas	Apoio a projectos de grupos ou indivíduos que se dediquem ao teatro e a actividades afins.
Institutos culturais, academias e centros de investigação.	Apoio aos planos de actividades apresentados por institutos, academias e centros de investigação.
Edição de obras de cariz cultural	Apoio à edição de livros, discos, CD-ROM, vídeos ou serigrafias, cujos originais sejam apresentados pelos autores ou editores.
Bolsas para formação artística e técnica ...	Bolsas para artistas e técnicos da área cultural que se comprometam a exercer a sua actividade posterior na Região.
Prémios para criação artística	Instituição de prémios para estimular a criação artística em qualquer das suas vertentes.
Actividades de grupos e agentes culturais	Apoio a projectos generalistas ou não dotados de acção própria, apresentados por agentes culturais e considerados de relevante interesse.
Artes plásticas	Apoio a projectos de grupos ou indivíduos que se dediquem às artes plásticas, nomeadamente pintura, escultura, gravura e fotografia.
Dança	Apoio a projectos de grupos ou indivíduos que se dediquem à dança em qualquer das suas dimensões.
Folclore, música, danças e cantares tradicionais.	Apoio a programas apresentados no âmbito do folclore e destinado a trajos, instrumental e intercâmbios.
Formação de técnicos em áreas culturais carenciadas.	Financiamento de projectos de formação de técnicos que sejam considerados necessários à Região.
Literatura/apoio à produção e divulgação ...	Apoio financeiro à produção e divulgação de livros, concedido a autores e editores.
Música — fardamentos, instrumental e intercâmbios.	Aquisição de fardamentos e instrumental indispensáveis à actividade de grupos e agentes culturais e intercâmbios.
Orquestra Regional dos Açores (Lira Açoriana).	Desenvolvimento e manutenção da filarmónica criada para a EXPO 98, onde serão integrados os melhores músicos da Região, mediante concurso.
Tauromaquia	Apoio a projectos apresentados por agentes ou colectividades que visem a formação de artistas tauromáquicos.
Rede de oficinas multiartes	Criação de instalações para <i>ateliers</i> de artes plásticas e música, destinados a dar formação técnica a jovens, utilizando, sempre que possível, imóveis que possam ser reconvertidos ou adaptados.
Espectáculos de iniciativa governamental — música, teatro, bailado e ópera.	Promoção de espectáculos em todas as ilhas.
Festival Internacional de Música dos Açores	Realização do Festival, reiniciado em 1997, que decorrerá em pelo menos quatro ilhas, de acordo com as disponibilidades logísticas.
Outros eventos culturais	Apoio a projectos apresentados por agentes ou colectividades e que pela sua especificidade sejam considerados de interesse para a Região.

26.2 — Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural — 1 257 500 contos.

Ação	Conteúdo
Rede de leitura pública — Apoio à construção ou adaptação de imóveis.	Comparticipação, com o Ministério da Cultura e as autarquias, nas obras de construção, adaptação e equipamento de imóveis para integrarem a rede de leitura pública.
Inventariação e tratamento dos arquivos da Região.	Financiamento de projectos nesta área, nomeadamente a conclusão da informatização em curso dos museus e bibliotecas e arquivos.
Colégio dos Jesuítas — Biblioteca e Arquivo de Ponta Delgada.	Concluída a obra em 1998, durante 1999 vai proceder-se à aquisição de equipamento e mobiliário e instalação da Biblioteca e Arquivo.
Museu do Vinho — Museu Pico	Conclusão da obra da 1.ª fase, arranque da 2.ª fase, execução do programa museológico e montagem da exposição permanente.
Convento de São Pedro de Alcântara — São Roque.	Conclusão dos trabalhos de restauro de cobertura, projecto de adaptação a novas funções e início da obra.
Casa de Walter Bensaúde — BPA Horta	Conclusão da 1.ª fase da obra e adjudicação da 2.ª Início da obra para instalação da Biblioteca e Arquivo da Horta e Casa da Cultura.
Restauro de órgãos	Apoio ao restauro e conservação dos órgãos históricos das igrejas da Região.
Inventário do património artístico e cultural	Continuação dos projectos em curso de inventariação do património arquitectónico, artístico e cultural.
Restauro de talhas	Apoio ao restauro de talhas e outros elementos das igrejas que não dispõem de uma acção própria.
Aquisição, recuperação e conservação de instalações para ONG culturais.	Apoio à aquisição, beneficiação ou construção de sedes e outras instalações destinadas a actividades de colectividades ou particulares que prestem serviços na área da cultura.
Recolhimento de Santa Bárbara — Museu de Carlos Machado.	Adjudicação da empreitada e início das obras de recuperação e adaptação a novas funções.

Ação	Conteúdo
Igreja do Carmo, Horta	Comparticipação nas obras de recuperação e restauro para instalação do Museu de Arte Sacra.
Recuperação e consolidação de moinhos de água e de vento.	Apoio à conservação e recuperação dos moinhos da Região.
Consolidação e restauro de elementos arquitectónicos de valor patrimonial.	Apoio à conservação e restauro de elementos decorativos de madeira, cantaria, pintura, azulejos e outros, existentes em igrejas e em imóveis civis particulares.
Conservação de imóveis classificados em núcleos protegidos.	Apoio, de acordo com os incentivos legalmente previstos, à reconstrução, restauro e conservação de imóveis classificados ou situados em núcleos protegidos ou em zonas de protecção a imóveis classificados.
Museu de São Jorge	Aquisição de mobiliário e equipamento para montagem da exposição permanente.
Casa dos Botes — Museu do Pico	Pequenas obras de conservação do imóvel e sua adaptação a espaço museológico.
Barracão das Canoas — Museu da Graciosa	Pequenas obras de recuperação do imóvel para sua integração no circuito de visitas do Museu.
Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo — novas instalações.	Elaboração do projecto para adaptação da Casa dos Côrte-Reais a novas instalações da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo.
Casa de Ferreira Drumond, São Sebastião	Concessão da 3.ª e última parte do apoio previsto para recuperação do imóvel, para instalação de uma biblioteca e recuperação da capela anexa, obra da responsabilidade da Misericórdia local.
Museu de Angra — fábrica do tabaco	Conclusão da obra de adaptação da antiga fábrica a espaço museológico e aquisição de mobiliário e equipamento.
Igreja matriz de Santa Cruz da Graciosa . . .	Apoio às obras de recuperação do imóvel da responsabilidade da paróquia.
Museu das Flores — imóvel para reservas e montagem de exposição.	Conclusão das obras no imóvel para reservas e montagem da exposição permanente prevendo-se a necessidade de aquisição de algumas colecções que não pertencem à Região.
Investigação arqueológica subaquática . . .	Trabalhos de campo para elaboração da carta do património arqueológico subaquático da Região e sua publicação.
Museus, bibliotecas, arquivos e CECRA . . .	Obras de conservação nos imóveis dos serviços dependentes da DRC e aquisição de equipamentos e material de informática para os equipar.
Planos de salvaguarda	Apoio à elaboração de planos de salvaguarda de núcleos históricos.
Museu da Horta — edifício do antigo Colégio dos Jesuítas.	Elaboração do projecto de adaptação do antigo Colégio a Museu.
Sede do Museu de Santa Maria	Elaboração de projecto e início das obras de recuperação e restauro de um solar setecentista em Vila do Porto, adquirido pela Câmara Municipal, para instalação da sede do Museu de Santa Maria.
Igreja das Concepcionistas	Concessão da 2.ª parte do apoio previsto para a recuperação do imóvel.
Igreja do Livramento	Concessão à Misericórdia da 2.ª parte do apoio previsto para a obra de recuperação e restauro do imóvel.
Museu da Graciosa	Obras de restauro da cobertura e dos pavimentos do edifício sede do Museu.
Museu do Pico — Museu dos Baleeiros . . .	Conclusão da montagem da exposição permanente.
Igreja matriz de Santa Cruz das Flores . . .	Apoio à recuperação e restauro da igreja, obra da responsabilidade da paróquia.
Palacete dos Silveiras, instalações da DRAC	Lançamento do concurso para adjudicação da empreitada de recuperação, restauro e adaptação do imóvel para instalação da DRC e início das obras.
Igreja de São José	Comparticipação nas obras de conservação da responsabilidade da paróquia.
Capela do Senhor dos Passos	Apoio à recuperação da Capela da responsabilidade da paróquia.
Matriz de Velas	Apoio para pequenas obras de restauro das talhas.
Casa do Maestro Francisco Lacerda, Fregueira.	Aquisição e recuperação do imóvel e adaptação e residência para artistas.
Conservação e restauro dos Impérios do Espírito Santo.	Apoio à conservação e recuperação de Impérios com relevante interesse arquitectónico ou artístico.
Museu do Corvo	Elaboração e execução do projecto de adaptação do imóvel já adquirido e aquisição do mobiliário e equipamento para montagem da exposição.
Salvaguarda do património baleeiro particular.	Apoio à recuperação do património baleeiro propriedade de particulares.
Palácios de Santana Conceição e Capitães-Generais.	Obras de conservação nos edifícios dos palácios regionais afectos à Presidência do Governo.
Museu de Carlos Machado — Igreja do Colégio.	Obra de restauro das talhas.
Centro de Arte Moderna de Ponta Delgada	Elaboração do projecto de adaptação de um imóvel, em Ponta Delgada, para abrigar a Pinacoteca de Natália Correia/Dórdio Guimarães, que funcionará como núcleo fundador do futuro Centro de Arte Moderna.
Casa da Cultura de Angra do Heroísmo, Rua de Jesus.	Elaboração do projecto de recuperação e adaptação de uma casa nobre em ruínas, para instalação da Casa da Cultura.
Restauro e conservação da Pinacoteca de Natália Correia/Dórdio Guimarães.	Limpeza e restauro de grande parte da colecção doada à Região.

26.3 — Protecção e Valorização de Angra Património Mundial — 60 000 contos.

Ação	Conteúdo
Reconstrução e conservação de infra-estruturas públicas e imóveis particulares.	Apoio, nos termos legalmente previstos, à recuperação e conservação de imóveis particulares.
Restauro de elementos de interesse histórico ou arquitectónico.	Apoio, nos termos legalmente previstos, ao restauro de elementos arquitectónicos e decorativos de interesse patrimonial.
Correcção de anomalias arquitectónicas.	Apoio, nos termos legalmente previstos, às obras de correcção de dissonâncias arquitectónicas.

Programa n.º 27 — Desenvolvimento Desportivo

Apresentação dos objectivos e principais linhas de política da programação proposta para 1999:

Promoção de uma estreita articulação com as políticas de educação, juventude, saúde, turismo, emprego e solidariedade social, bem como com as autarquias;

Construção, beneficiação e apetrechamento de infra-estruturas oficiais e particulares que permitam à Região dar resposta às necessidades de cada ilha no âmbito da escola e do associativismo desportivo;

Promoção no âmbito do sistema educativo de acções que visem a continuidade da qualidade da educação física e do desporto escolar;

Promoção e apoio de projectos e acções que visem a melhoria da qualidade do praticante e dos agentes desportivos não praticantes;

Promoção e desenvolvimento de formas de cooperação com outras entidades no sentido de criar espaços de ar livre para a actividade física e desportiva de forma a assegurar uma melhor qualidade de vida;

Promoção e constituição de equipas de trabalho integradas que desenvolvam projectos adequados para a actividade desportiva dos deficientes, bem como o apoio às estruturas próprias do associativismo desportivo.

Dotação — 1 182 300 contos.

27 — Desenvolvimento Desportivo — 1 182 302 contos.

27.1 — Instalações Desportivas — 535 000 contos.

Acção	Conteúdo
Parque desportivo de Ponta Delgada	Execução da electrificação do Estádio de São Miguel e colocação de cadeiras em toda a bancada. Execução de balneários, vedação, arranjos exteriores e acabamento da electrificação do campo de futebol na zona do lajedo.
Parque desportivo da ilha Terceira	Continuação da empreitada de construção do pavilhão de judo e sala de musculação. Início da construção de um parque de aprendizagem de natação no Complexo Desportivo de Vitorino Nemésio.
Parque desportivo da Ribeira Grande	Conclusão da empreitada de construção do pavilhão desportivo, sala de ginástica, sala de judo, campo de futebol e pista de atletismo e polidesportivos descobertos.
Parque desportivo do Faial	Início de execução da construção do campo de futebol, relvado e pista de atletismo de material sintético.
Beneficiação do pavilhão desportivo da Horta.	Criação de tribuna para a comunicação social, reparações e pinturas diversas, ampliação do centro de estágio, arranjo do espaço exterior com a construção de uma pista de atletismo de dimensões reduzidas e construção do tanque de aprendizagem de natação.
Beneficiação de instalações desportivas oficiais.	Execução de melhoramentos em recintos desportivos de estabelecimentos de ensino de 1.º ciclo do ensino básico e outras instituições desportivas dependentes da DREFD.
Apoio à construção e beneficiação de recintos desportivos não oficiais.	Comparticipação financeira de obras respeitantes a instalações desportivas de clubes desportivos e de outros organismos, designadamente campos de futebol e outros recintos desportivos prioritariamente onde se pratiquem actividades federadas.
Estruturas de aprendizagem de natação . . .	Elaboração do projecto piloto de tanques de aprendizagem de natação e início da sua construção, preferencialmente junto de estabelecimentos de ensino.
Apetrechamento de instalações desportivas das escolas.	Aquisição de material de educação física e desporto para distribuição por estabelecimentos de ensino e colectividades desportivas.

27.2 — Actividades Desportivas — 647 302 contos.

Acção	Conteúdo
Apoio às actividades desportivas escolares	Realização de actividades de complemento curricular e promoção de intercâmbios escolares entre estabelecimentos de ensino da Região.
Apoio ao acesso de atletas à alta competição.	Apoio aos atletas abrangidos pelo estatuto de alta competição e jovens talentos regionais.
Formação na área desportiva	Prestação de apoios que visem contribuir para a melhoria da qualidade da prática desportiva e seu respectivo enquadramento.
Apoio a clubes desportivos escolares	Realização de actividades de complemento curricular que garantam a dinamização de projectos na área do desporto escolar e proporcionem a participação no programa nacional do mesmo.
Apoio ao desporto para deficientes	Criação de projectos que visem o desenvolvimento da actividade desportiva dos deficientes e prestação de apoio às estruturas do associativismo desportivo.
Apoio excepcional a clubes desportivos da Região.	Garantir a cobertura financeira da percentagem do valor dos juros assumidos pela região respeitantes ao sistema de apoio excepcional a conceder a clubes desportivos.
Apoio a clubes e colectividades desportivas participantes em quadros competitivos nacionais dos desportos colectivos.	Concessão de apoios financeiros a clubes e colectividades desportivas participantes em quadros competitivos nacionais dos desportos colectivos.
Apoio a clubes pela utilização de atletas formados na Região.	Apoio a instituições desportivas com atletas formados na Região, nos termos da legislação em vigor.
Apoio à realização e participação em competições regionais e Série Açores.	Apoio à realização de eventos desportivos, designadamente a Série Açores, nos termos da legislação em vigor.

Programa n.º 28 — Habitação

O programa de habitação contempla acções enquadradas em dois projectos: um que visa a construção e aquisição de habitação própria e outro que incide na recuperação de habitação e realojamentos.

A implementação do projecto de construção e aquisição baseia-se em instrumentos de carácter legislativo

e financeiro de apoio a obras de aquisição, construção e ampliação.

A concretização do projecto de habitação e realojamentos traduzir-se-á em acções de ordem mais social e de cooperação entre a Região, municípios e institutos especializados no apoio à habitação.

Dotação — 3 158 800 contos.

28 — Habitação — 3 158 800 contos.

28.1 — Construção e Aquisição de Habitação Própria — 2 328 800 contos.

Acção	Conteúdo
Decreto-Lei n.º 328-B/86, 30 de Setembro (habitação).	Apoio à construção e aquisição de habitação.
Apoio à construção e aquisição de habitação.	Comparticipação na construção e aquisição de habitação.
SAFIN	Bonificação de juros para aquisição, construção e ampliação de habitação.
Apoio supletivo a jovens	Apoio supletivo no artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 7/95/A, de 19 de Abril, e no artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/95/A, de 22 Agosto.

28.2 — Recuperação da Habitação e Realojamentos — 830 000 contos.

Acção	Conteúdo
Apoio à recuperação de habitação	Recuperação do parque habitacional e realojamentos. Realojamento de famílias que habitam em habitações degradadas que não são propriedade própria.
Parque habitacional e realojamentos	Acordos celebrados entre a RAA/INH/IGAPHE/municípios de Ponta Delgada/Lagoa/Ribeira Grande/Vila Franca do Campo/Praia da Vitória, bem como realojamentos previstos no artigo 28.º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/95/A, de 27 de Agosto.

Programa n.º 29 — Comunicação Social

Contribuir para solidificar a expansão dos órgãos de comunicação social regionais e locais.

Apoiar a modernização tecnológica dos órgãos de comunicação social privados, permitindo baixar os custos de produção.

Apoiar a formação profissional dos agentes de comunicação social da Região Autónoma dos Açores.

Apoiar a implementação de microcoberturas dos serviços públicos de televisão e rádio, nos locais onde se registam deficiências.

Dotação — 134 600 contos.

29 — Comunicação Social — 134 600 contos.

29.1 — Áudio-Visual — 20 100 contos.

Acção	Conteúdo
Infra-estruturas áudio-visuais	Apoio à construção/modernização de infra-estruturas áudio-visuais.

29.2 — Circulação — 85 000 contos.

Acção	Conteúdo
Difusão dos <i>media</i>	Apoio à difusão dos <i>media</i> .

29.3 — Equipamento Tecnológico — 13 500 contos.

Acção	Conteúdo
Tecnologias de produção	Apoio à renovação e actualização do parque de máquinas do OCS.

29.4 — Formação e Incentivo — 16 000 contos.

Acção	Conteúdo
Acções de formação	Realização de acções de formação.

Vector: Gestão pública e institucional

A programação compreendida neste vector relaciona-se com a articulação entre órgãos regionais, no âmbito da coordenação da política de desenvolvimento regional, bem como as acções dirigidas à cooperação de instituições da Região com o exterior, designadamente no âmbito da política de integração europeia e no relacionamento com as comunidades emigradas.

O montante de despesa pública afecta a este vector atinge os 1278 milhares de contos.

Apresenta-se de seguida a programação financeira e material, bem como as principais linhas de política sectorial a prosseguir em 1999.

(Em milhares de contos)

Vector/programas	1999
Vector — Gestão pública e institucional	
Programa n.º 30 — Cooperação Externa	214
Programa n.º 31 — Administração Regional e Local	934
Programa n.º 32 — Planeamento, Finanças e Estatística	130
<i>Total da dotação do vector</i>	<i>1 278</i>

Programa n.º 30 — Cooperação Externa

Para o ano de 1999, prevê-se prosseguir o relacionamento com as outras regiões ultraperiféricas, quer no que concerne à defesa dos seus interesses junto da União Europeia quer entre as próprias regiões.

Por outro lado, no próximo ano continuar-se-á a privilegiar o acompanhamento dos trabalhos do Comité das Regiões, da CRPM, da Assembleia das Regiões da Europa, bem como do Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa, por forma a continuarmos a acautelar os interesses da Região Autónoma dos Açores.

30 — Cooperação Externa — 214 000 contos.

30.1 — Cooperação Inter-Regional — 25 000 contos.

Acção	Conteúdo
Acções de cooperação externa	Acompanhamento das relações externas.

30.2 — Emigrado/Repatriado — 14 000 contos.

Acção	Conteúdo
Integração do emigrado/repatriado	Apoio a organizações que colaboram com o Governo Regional na integração de emigrado/repatriado. Apoio técnico aos regressados. Apoio individual à inserção do emigrado/repatriado.

Ainda no âmbito da cooperação externa, a Região Autónoma dos Açores continua a acompanhar atentamente os trabalhos no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os EUA.

Estreitar as relações de cooperação com os países insulares de expressão portuguesa.

Promover e apoiar iniciativas com interesse para os Açores no âmbito de estudos geostratégicos internacionais.

A experiência e o nível de execução do Plano 1998 atingido em meados deste ano conduzem-nos ao aprofundamento das acções previstas, com objectivos de maior divulgação da Região Autónoma dos Açores nas suas comunidades dispersas pelo mundo de modo a:

Captar o interesse das comunidades e dos próprios países onde residem pela Região, com reflexos imediatos a médio e longo prazos;

Criar, através desse interesse, novos complexos culturais, turísticos, científicos, tecnológicos, políticos e económicos;

Apoiar as iniciativas comunitárias com vista à prossecução destas;

Preservar nas novas gerações a ligação à terra dos antepassados;

Proporcionar um maior conhecimento entre as comunidades e a Região;

Incentivar o desenvolvimento de estudos de temática emigratória ou comunitária;

Estimular a realização de acções tendentes a estabelecer pontes de união entre os vários movimentos associativos da Região e das comunidades;

Contribuir para a integração do emigrado/repatriado em conjugação com organismos locais e comunitários.

Dotação — 214 000 contos.

30.3 — Identidade Cultural — 175 000 contos.

Acção	Conteúdo
Açorianidade e raízes	Acções de formação para docentes, animadores culturais e outros agentes de divulgação da Região Autónoma dos Açores nas comunidades e visitas de estudo.
Comunicação Açores-comunidades	Transmissão de notícias dos Açores via satélite para as comunidades, programas de rádio e envio de publicações periódicas de carácter informativo.
Preservação da identidade cultural	Divulgação da Região Autónoma dos Açores em diversos âmbitos culturais nas comunidades com vista à preservação da identidade cultural açoriana e à manutenção do conhecimento e dos laços. Apoio às acções comunitárias com estes objectivos.
Encontro intercomunitário	Encontros com individualidades e organizações representativas das comunidades.
Estudo sobre o regresso de emigrantes	Conclusão e publicação do estudo sobre os emigrantes regressados.

Programa n.º 31 — Administração Regional e Local

No âmbito do projecto 31.1, Modernização Administrativa, pretende-se dar continuidade às acções anteriormente iniciadas, bem como iniciar algumas acções novas, com especial destaque para a Loja do Cidadão.

Ainda neste projecto será executado o Programa de Formação do CEFAPA, como habitualmente.

Relativamente ao projecto 31.2, Cooperação com as Autarquias Locais, haverá que respeitar compromissos anteriormente assumidos no que diz respeito ao pagamento de bonificações de juros de empréstimos integrados na cooperação indirecta, ficando naturalmente alguma margem para aprovar novas obras, permitindo assim um financiamento complementar, relativamente ao proveniente dos fundos comunitários.

Pretende-se ainda, no domínio da cooperação técnica, retomar o Projecto de Informatização dos Municípios (PIMA), sendo por isso proposto um reforço significativo nesta acção relativamente à dotação do PMP. Pretende-se também continuar com a cooperação com as freguesias, no que se refere ao apetrechamento das respectivas sedes e à sua própria construção e conservação.

Finalmente, no caso do projecto 31.3, Serviços Sociais, o objectivo é contribuir financeiramente nas despesas de funcionamento dos serviços de apoio aos funcionários públicos, situados em Angra do Heroísmo e Ponta Delgada.

Dotação — 934 000 contos.

31 — Administração Regional e Local — 934 000 contos.

31.1 — Modernização Administrativa — 365 000 contos.

Acção	Conteúdo
Promoção de acções de formação profissional.	Realização do Programa de Formação para 1999 (cerca de 100 acções), com vista a proporcionar a melhoria de conhecimentos; uma melhor prestação de serviços; o recurso a novas tecnologias; garantir a possibilidade de frequência das acções obrigatórias para acesso e ingresso nas carreiras; aplicar técnicas e métodos de psicologia e psicossociologia orientadas para a selecção de pessoal.
Acções de modernização administrativa ...	Implementação do projecto Loja do Cidadão. Sensibilização da Administração Pública e dos utentes para a modernização e desburocratização. Extensão do INFOCID à Região Autónoma dos Açores. Criação e desenvolvimento dos ficheiros descentralizados. Automatização do arquivo e do acompanhamento de processos. Elaboração de documentos sobre a estrutura da Administração Pública.
Instalações do Palácio dos Capitães-Generais.	Pintura exterior do Palácio dos Capitães-Generais.
Adaptação informática (Bug 2000)	Actualização do <i>software</i> e equipamento informático compatível com o ano de 2000.

31.2 — Cooperação com as Autarquias Locais — 530 000 contos.

Acção	Conteúdo
Cooperação técnica	Realização de visitas de apoio técnico aos municípios e freguesias. Participação em reuniões de âmbito regional e nacional. Realização de acções de formação para efeitos locais das freguesias. Despesas com o processo eleitoral. Apoio às freguesias na participação em reuniões de âmbito regional e nacional.
Cooperação financeira com os municípios	Apoiar o investimento municipal, através do pagamento de bonificações de juros, em complementaridade com o financiamento dos fundos comunitários.
Cooperação financeira com as freguesias...	Dotar as sedes das juntas de freguesia de condições necessárias ao seu funcionamento, apoiando a aquisição de equipamento e a construção e reparação das sedes.

31.3 — Serviços Sociais — 39 000 contos.

Acção	Conteúdo
Serviços de apoio aos funcionários públicos	Apoio a despesas de manutenção corrente. Apoio a despesas de investimento.

Programa n.º 32 — Planeamento, Finanças e Estatística

As principais linhas de orientação para a execução deste programa relacionam-se com a preparação, elaboração e acompanhamento dos instrumentos de suporte ao processo de planeamento regional, bem como a edição de estudos e análises sobre a situação financeira, económica e social da Região.

No domínio da gestão e acompanhamento dos programas com co-financiamento comunitário destacam-se as tarefas relativas à implementação dos programas PEDRAA II, REGIS II e KONVER II, bem como os

trabalhos decorrentes do acompanhamento e negociação da Agenda 2000 e consequente preparação da intervenção da Região no III Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006.

No âmbito da produção estatística, releva-se a implementação de novos inquéritos estatísticos, para além da continuação dos actualmente existentes. Em 1999 continuará o esforço de renovação e actualização do parque informático e *software* de apoio, com relevo para o processo de informatização dos núcleos de ilha.

Dotação — 130 000 contos.

32 — Planeamento, Finanças e Estatística — 130 000 contos.

32.1 — Planeamento e Finanças — 105 000 contos.

Acção	Conteúdo
Acções de acompanhamento e avaliação, incluindo os programas comunitários. Instalações da DREPA e SREA	Realização de acções de gestão, acompanhamento e avaliação dos programas e projectos apoiados por fundos comunitários. Beneficiação das instalações.

32.2 — Estatística — 25 000 contos.

Acção	Conteúdo
Acções de recolha, tratamento de informação e qualificação de recursos.	Realização de novos inquéritos estatísticos e continuação dos actualmente existentes. Implementação da rede de computadores do núcleo da Horta. Substituição/actualização de equipamento informático. Divulgação de informação. Formação dos funcionários do SREA.

Vector: Calamidades

As tarefas de recuperação dos efeitos dos temporais dos finais de 1996, da intempérie que assolou os Açores em Outubro de 1997 e do sismo de 9 de Julho de 1998 encontram-se definidas neste sector do Plano para 1999, abrangendo intervenções nos domínios da agricultura, pescas, transportes marítimos, terrestres, ambiente, saúde, património e habitação e alojamento.

O montante de despesa pública afecto a este vector atinge os 13 923,7 milhares de contos.

Apresenta-se de seguida a programação financeira e material, bem como as principais linhas de política sectorial a prosseguir em 1999.

(Em milhares de contos)

Vector/programas	1999
Vector — Calamidades	
Programa n.º 33 — Calamidades:	
Agricultura	465
Pescas	41,7
Reabilitação de Estradas Regionais	1 690
Transportes Marítimos	2 450
Ambiente	907
Bonificações e Apoios	10

(Em milhares de contos)

Vector/programas	1999
Edifícios	0
Sismo	7 790
<i>Total da dotação do vector</i>	13 353,7

Programa n.º 33 — Calamidades

As ilhas dos Açores têm sido assoladas por diversas calamidades naturais, de que a última foi o sismo de 9 de Julho de 1998.

Em consequência, torna-se imperativo o apoio à regularização das infra-estruturas e da capacidade de acção dos vários intervenientes.

Nesse sentido, e para além dos apoios à compensação por perdas de rendimento anormais, serão proporcionados diversos outros apoios financeiros para o restabelecimento da normal actividade, nos sectores da agricultura e pescas, o que abrangerá aquisição de alimentos para animais, reparações e aquisição de equipamentos substitutos e a recuperação de infra-estruturas, como caminhos rurais e florestais e edifícios.

Desenvolver-se-ão acções visando a recuperação do parque habitacional e do património construído das aldeias rurais, bem como o apoio à reabilitação de pequenos estabelecimentos relativos às actividades económicas.

Serão implementadas acções de desobstrução de vias de comunicação terrestres, consolidação de muros de suporte, reparação de obras de arte danificadas, repo-

sição de pavimentos e reabilitação de infra-estruturas marítimas danificadas.

No domínio do ensino oficial serão necessárias obras de recuperação/reconstrução de estabelecimentos do ensino oficial.

Na área da saúde e segurança social também serão promovidas obras de recuperação de equipamentos e respectivas redes, particularmente as de canalizações.

Dotação — 13 353 700 contos.

33 — Calamidades — 13 353 730 contos.

33.1 — Calamidades — Agricultura — 465 000 contos.

Acção	Conteúdo
Apoio ao rendimento/culturas agrícolas ...	Apoiar a aquisição de alimentos forrageiros destinados a compensar as carências alimentares das explorações agrícolas. Compensar e reparar danos em estruturas e culturas agrícolas como resposta a situações excepcionais de grave crise.
Caminhos rurais	Conservação e reparação dos caminhos danificados pelos temporais.
Edifícios e caminhos florestais	Conservação e reparação de edifícios e inventário do património. Conservação de caminhos florestais. Melhoramento em postos aquícolas e cinegéticos.

33.2 — Calamidades — Pesca — 41 730 contos.

Acção	Conteúdo
Apoios extraordinários ao rendimento	Proporcionar os apoios financeiros necessários à regularização da actividade após situações de calamidade.
Reparação dos portos de pesca	Reparação do porto de Ribeira Quente.

33.3 — Calamidades — Reabilitação de Estradas Regionais — 1 690 000 contos.

Acção	Conteúdo
Reabilitação da ER do concelho de Lagoa	Continuação dos trabalhos de reabilitação dos troços da rede viária do concelho de Lagoa.
Reabilitação das ER do concelho de Ponta Delgada.	Continuação da reabilitação da rede viária do concelho de Ponta Delgada.
Reabilitação da ER do concelho da Ribeira Grande.	Continuação da reabilitação da rede viária do concelho da Ribeira Grande.
Reabilitação da ER do concelho de Nordeste.	Continuação da reabilitação da rede viária do concelho de Nordeste.
Reabilitação da ER do concelho de Vila Franca do Campo.	Continuação da reabilitação da rede viária do concelho de Vila Franca do Campo.
Reabilitação da ER do concelho de Povoação.	Continuação da reabilitação da rede viária do concelho de Povoação.
Consolidação dos taludes da ER 1-1. ^a Pí-são-A. Alto.	Continuação da consolidação dos taludes.
Reabilitação da ER 2-2. ^a de Ribeira Quente	Continuação da reabilitação da rede viária de Ribeira Quente.
Reabilitação da ER 1-2. ^a da ilha do Pico	Continuação da reabilitação da rede viária do Pico.
Reconstrução de pontes na ilha das Flores	Continuação das reconstruções.
Repavimentação da ER em Santa Cruz e Lajes das Flores.	Construção da repavimentação.
Reconstrução e pavimentação do troço da ER do Corvo.	Reconstrução da parte da Estrada do Caldeirão e construção de um muro de suporte na ilha do Corvo.

33.4 — Calamidades — Transportes Marítimos — 2 450 000 contos.

Acção	Conteúdo
Porto da Graciosa	Recuperação do molhe-cais, quebra-mar, cabeça do molhe e manto de protecção. Empreitada em curso.
Reparação do porto de São Roque	Reabilitação do porto de São Roque.
Reconstrução do porto de Ponta Delgada	Reforço da cabeça do molhe, muro-cortina. Empreitada em curso.
Porto de Pipas	Reforço do molhe, protecção do muro-cortina, rede de distribuição de energia, etc. Empreitada em curso.
Porto de Madalena	Reabilitação do manto de protecção do molhe norte, reformulação da rampa de varagem e reparação do cais sul.

Acção	Conteúdo
Remoção de navios — PDL e Angra do Heroísmo.	Remoção de navios encalhados.

33.5 — Calamidades — Ambiente — 907 000 contos.

Acção	Conteúdo
Gestão da orla costeira — Ribeira Quente e intervenções diversas.	Protecção da orla costeira de Povoação, Ribeira Quente e pequenos outros troços de São Miguel.
Protecção dos recursos hídricos	Conclusão da drenagem dos Arrifes. Construção de paredões em ribeiras do concelho de Povoação. Protecção e reforço de margens em ribeiras de todos os concelhos de São Miguel e Flores.

33.6 — Calamidades — Bonificações e Apoios — 10 000 contos.

Acção	Conteúdo
Bonificações e apoios	Bonificações de juros das novas linhas de crédito abertas para os sinistrados.

33.8 — Calamidades — Sismo — 7 790 000 contos.

Acção	Conteúdo
Bonificação de juros — habitação	Bonificação de juros de empréstimos contraídos pelos sinistrados.
Unidades de saúde do Faial e Pico	Apoios financeiros para as unidades de saúde do Faial e Pico.
Reconstrução/ampliação do lar de idosos da Santa Casa da Misericórdia da Horta.	Apoio financeiro para a construção de um centro de cuidados geriátricos. Início da obra de reconstrução do edifício e ampliação.
Reconstrução/remodelação da Casa da Infância de Santo António.	Apoio financeiro para a remodelação de edifício adaptando-o a lar e jardim-de-infância. Continuação da obra, intervindo nos edifícios do jardim-de-infância e da creche.
Reconstrução do Lar das Criancinhas	Apoio financeiro para a reconstrução do edifício do Lar. Execução da obra.
Recuperação de imóveis classificados ou de interesse arquitectónico.	Apoio financeiro à recuperação de imóveis classificados ou de interesse arquitectónico.
Recuperação de estabelecimentos escolares nas ilhas do Faial e Pico.	Grande reparação dos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário das ilhas do Faial e Pico em resultado do sismo de 1998.
Sismo — Agricultura	Recuperação de edifícios e caminhos rurais e florestais.
Sismo — Pescas	Reparação do entreposto frigorífico da Madalena.
Sismo — Ambiente	Intervenções para desobstrução de ribeiras, regularização de leitos e linhas de água em São Jorge, Pico e Faial. Consolidação de taludes e margens em São Jorge, Pico e Faial.
Porto da Horta	Reabilitação das infra-estruturas do porto da Horta devido aos sismos que ocorreram no Faial.
Marina da Horta	Reabilitação das infra-estruturas do porto da Horta devido aos sismos que ocorreram no Faial.
Recuperação dos estabelecimentos comerciais e industriais.	Reparação de prejuízos nos estabelecimentos comerciais e industriais de São Jorge, Pico e Faial derivados do sismo de 9 de Julho.
Reconstrução de ER no Faial	Reconstrução de ER na Horta.
Reconstrução de pontes no Faial	Reconstrução de pontes na Horta.
Reconstrução de ER no Pico	Reconstrução de ER no Pico.
Reconstrução de ER em São Jorge	Reconstrução de ER em São Jorge.
Reconstrução de habitação	Apoio à reconstrução de habitação.



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8814/85

ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 361\$00 (IVA INCLuíDO 5%)



INCM

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

LOCAIS DE INSCRIÇÃO DE NOVOS ASSINANTES, VENDA DE PUBLICAÇÕES, IMPRESSOS E ESPÉCIMES NUMISMÁTICOS

- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099 Lisboa Codex
Telef. (01)387 30 02 Fax (01)384 01 32
- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250 Lisboa
Telef. (01)397 30 35/(01)397 47 68 Fax (01)396 94 33 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050 Lisboa
Telef. (01)353 03 99 Fax (01)353 02 94 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000 Lisboa
Telef. (01)796 55 44 Fax (01)797 68 72 Metro — Saldanha
- Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco — 1070 Lisboa
(Centro Comercial das Amoreiras, loja 2112)
Telef. (01)387 71 07 Fax (01)353 02 94
- Avenida Lusíada — 1500 Lisboa
(Centro Colombo, loja 0.503)
Telefs. (01)711 11 19/23/24 Fax (01)711 11 21 Metro — C. Militar
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050 Porto
Telef. (02)205 92 06/(02)205 91 66 Fax (02)200 85 79
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000 Coimbra
Telef. (039)82 69 02 Fax (039)83 26 30

Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://www.dr.incm.pt> • Correio electrónico: dre@incm.pt • Linha azul: 0808 200 110

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099 Lisboa Codex